

**ATA Nº 16**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de **dois mil e vinte**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório do CILV – Centro de Inovação e Logística de Valença**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, que congregou as sessões de abril e junho com a **Ordem de Trabalhos que se segue:** \_\_\_\_\_

<b>I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”</b>	
<b>II – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA</b>	
1º -	APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º -	APRECIÇÃO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI Nº 6/2020 DE 10 DE ABRIL
3º -	RELVADO SINTÉTICO_CLUBE DE CAÇADORES “OS TORREENSES” _ COMPROMISSO PLURIANUAL
4º -	PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA ESCOLA PRIMÁRIA E RUA DO CORGO _ VALENÇA_ ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO
5º -	1ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2020
6º -	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2019
7º -	RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO 2019
8º -	ÁGUAS DO ALTO MINHO – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA E AS SUAS IMPLICAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS A NÍVEL LOCAL
9º -	RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT) _ RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA
10º -	LUÍS BARROS _ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA - RECONHECIMENTO COMO DE INTERESSE PARA A ECONOMIA LOCAL

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. \_\_\_\_\_

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. *Elisabete Frade Lopes Viana e Vitor Manuel Costa de Oliveira* foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. *Fernando Vidal Lourenço e Ana Cláudia Gomes Moreira* e, verificadas as faltas dos Membros Srs. *Ana Raquel Soares Sanches e Orlando Vasco da Cunha Oliveira*, consideradas justificadas. \_\_\_\_\_

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: \_\_\_\_\_

Alberto Luís Oliveira Vilas; Inês Rita da Silva Ferreira; Paulo Jorge da Cunha Esteves; Aurélia da Conceição Costa Correia; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Jorge Moura Rodrigues; Vasco Rodrigo Marques Severino; Cristóvão Amorim Pereira; Avelino António Oliveira Marinho; Isabel Granjo Vaz; Fernando Vidal Lourenço; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; Luís Manuel Gomes Amorim; José António Lopes Nogueira; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Ana Cláudia Gomes Moreira; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; João Batista Alpoim; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; António Joaquim Dias; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. \_\_\_\_\_

O Membro Sr. José Nogueira presenciou a sessão a partir do momento da discussão da ata e os Membros Srs. Vasco Severino, Cristóvão Pereira, Ana Tomé, João Alpoim, Manuel Barros e José Rosa presenciaram a sessão a partir do momento de apresentação de propostas. Mais o Membro Sr. Paulo Jorge Nobre Pacheco presenciou a sessão até as 11h30, tendo-se ausentado da mesma definitivamente. \_\_\_\_\_

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Rodrigues Lopes** e respetivos **Srs. Vereadores**. \_\_\_\_\_

Verificada a ausência do 1º Secretário da Mesa, Sra. Elisabete Viana, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Membro Sra. Paula Natal que coadjuvasse a mesa, nos seus trabalhos, tendo assumido funções para 1º e 2º secretários, os Membros Srs. Paulo Esteves e Paula Natal, respetivamente. Depois de estarem todos devidamente acomodados o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que a sessão congrega assuntos da presente sessão e da sessão de abril, esta última suspensa por seu despacho datado de 21 de abril último, ao abrigo da emergência de saúde pública de âmbito internacional declarada pela OMS – Organização Mundial de Saúde no dia 30 de janeiro de 2020 e à classificação do vírus Covid 19, no dia 11 de março último, como uma pandemia e também em conformidade com a aprovação de um conjunto de medidas excecionais e temporárias para o combate da epidemiologia publicadas na Lei nº 1-A/2020 de 19 de abril, na sua atual redação, nº. Lei 16/2020, diploma de suporte à decisão de congregação das duas sessões pela possibilidade da sessão de Abril se realizar até à presente data, 30 de Junho, assim como, a sessão não contará com período de intervenção do público com base na suspensão, até esta mesma data, da obrigatoriedade da sua realização pública, sem prejuízo da sua gravação e colocação no sitio eletrónico da autarquia. A realização da presente sessão da Assembleia Municipal cumpre todas as regras emanadas pela DGS, pelo que alertou para o uso obrigatório da máscara durante toda a sessão, desinfeção das mãos, um único sentido de circulação no interior do auditório, assentos designados sem possibilidade de qualquer troca, etc. \_\_\_\_\_

Seguidamente, mencionou que por decisão da Comissão Permanente os pontos 3º e 4, bem como 5º, 6º e 7º irão ser objeto de discussão conjunta e votação separada, sendo que o 7º ponto apenas será objeto de apreciação. O mesmo sucedendo com os 9º e 10º, sendo que neste caso ambos serão objeto de votação. \_\_\_\_\_

Todos os Membros intervenientes fizeram as habituais saudações no momento das respetivas intervenções.

---

**O Membro Sr. José Nogueira** solicitou a palavra para referir que participaria na sessão sob protesto, por ter sido obrigado a medir a temperatura à entrada do edifício, porque entende que os seus dados pessoais, independentemente de não terem, pretensamente, sido gravados, não têm nada que ser divulgados. Questão que foi levantada ontem na CIM por não estar prevista em diploma e presume-se que o legislador soube exprimir o que pretendia, que não poderia haver condicionamento nenhum à intervenção dos senhores deputados. Supondo que alguém apresentava febre, questionou onde o meteriam e se não o deixariam participar na reunião, o que não podiam porque o direito de reunião e de reunião política sobrepor-se-ia a esta situação. Depois, lamentou que nenhum plano de contingência lhes tenha sido entregue ou enviado porque é um direito de qualquer membro desta Assembleia, se assim o pretendesse, por exemplo, dar entrada a uma providência cautelar para esclarecer toda esta situação. Vai participar porque acha que esta reunião é importante e não quer lesar o Município, reservando-se o direito de agir noutros campos como assim o entender.

---

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o protesto foi registado, que já era conhecido e expectável. Esclareceu que a medição da temperatura à entrada do edifício em nada teve a ver com a organização da Assembleia Municipal de Valença, mas sim com as regras estabelecidas para entrar e circular neste edifício, seja aluno, professor ou funcionário. No que diz respeito à Assembleia Municipal as regras estabelecidas por lei e pela DGS estão a ser cumpridas à risca. Como é óbvio quem quiser participar na sessão terá também que se sujeitar às regras estabelecidas para o edifício. Mesmo assim agradeceu que tenha decidido, apesar de sob protesto, participar na Assembleia para contribuir nos trabalhos do órgão.

---

- **O Membro Sra Cláudia Labrujó** referiu que a Mesa ao invocar a lei 16/2020 para a não presença do público nesta Assembleia estaria a mal interpretar e a ultrapassar o nº 1 do artigo 49º da Lei 75/2013 de 12 de setembro do Regime Jurídico das Autarquias Locais que refere que as sessões dos órgãos deliberativos das Autarquias locais são públicas sendo fixado, nos termos do regimento, um período de intervenção de esclarecimento ao público. A lei que invocou não adita ao artigo n.º 3 da lei 1-A/2020 o que refere na alínea 1 “Fica suspensa até ao dia 30/06/2020”, que indica que a mesma possa ser “transmitida por gravação e ou videoconferência”, como refere no mesmo artigo, alínea 2 e 3, tal como consta no regimento deste órgão, o período do público é logo no início da sessão e tem uma duração de 30 minutos, com prévia inscrição. Termos em que a sessão poderia ser transmitida, em direto, pelos meios de maior difusão, nomeadamente, através da imprensa que habitualmente está presente nas Assembleias Municipais, por forma a que todos os que pretendam assistir à sessão não sejam privados da mesma, baseada na alínea 3 “Desde que haja condições técnicas para o efeito”, e como num estado democrático cabe à Mesa e apelando ao Plenário a decisão assente no cumprimento da democracia e da

leitura correta e fiel da legislação em vigor, sem prejuízo dos direitos dos cidadãos que os elegeram para os representar apelou ao cumprimento do estabelecido na lei de forma a não serem o único Município do Alto Minho que privou a população de estar presente na Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que a Mesa não tem nenhum preconceito com a participação do público, antes pelo contrário, faz sempre tudo para que o público possa participar. A decisão está suportada na Lei nº 1-A/2020 de 19 de abril na sua atual redação, nº. Lei 16/2020 de 29 de maio, no seu artigo 3.º *Órgãos de poder local*, no seu nº 1 refere que refere que “*as reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das Autarquias locais e das entidades intermunicipais previstas para os meses de abril e maio podem realizar-se até 30/06/2020*”, assim como o nº2 refere que “*a obrigatoriedade da realização pública das reuniões dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das Freguesias e dos órgãos deliberativos das entidades intermunicipais, conforme previsto nos artigos 49.º, 60.º, 89.º, do regimento jurídico das Autarquias locais, aprovado em anexo à lei 75/2013 de 12 de setembro, fica suspensa até ao dia 30/06/2020 sem prejuízo da sua gravação e colocação no sítio eletrónico da Autarquia, sempre que tecnicamente viável.*” No despacho que proferiu e inclusivamente na convocatória para a presente sessão referiu exatamente e a interpretação da Mesa foi exatamente que a sessão fica suspensa até ao dia 30 e como a sessão se está a realizar no dia 30 o público não participa nas sessões deliberativas dos órgãos deliberativos, quer do município, quer da intermunicipal, quer das Freguesias. Neste momento ao público, por lei, não é permitido participar ou assistir às sessões. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira** referiu que independentemente da leitura que se possa fazer da lei, a verdade é que todas as Assembleias Municipais deste distrito contaram com público e criaram um plano de contingência próprio para a Assembleia Municipal, à exceção de Valença, pelo que questionou o motivo de não agir de igual modo, inclusivamente porque na véspera a reunião da CIM contou com público e realizou-se numa sala de espetáculos, distinto deste auditório, onde se está a realizar a Assembleia Municipal. Factos indesmentíveis. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que indesmentível é o conteúdo do artigo 3.º da lei 16/2020 de 29 de maio que diz claramente que fica suspensa a participação do público nas sessões reuniões dos órgãos autárquicos e intermunicipais, assim como que a sua realização se poderia efetivar até à presente data e enquanto responsável pela sessão da Assembleia Municipal de Valença agiu e decidiu de acordo com o estipulado no referido diploma, suspendeu que a realização desta sessão até à presente data. Quanto à transmissão eletrónica da sessão, informou que não será possível pela inexistência de condições para o efeitos. Será participada por todos os membros da Assembleia que o queiram fazer, dentro das regras legalmente estabelecidas. \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido

entre 12/02/2020 e 29/06/2020, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que o projeto da **ata n.º 15** foi objeto de recolha de sugestões/correções e procedeu à abertura de discussão tendo surgido o contributo do Membro Sra Inês Ferreira e que foi considerado, assim como a declaração de voto do Membro Sr. José Nogueira: “*Votarei contra a ata uma vez que uma ata é uma súmula, pelos motivos que estou farto de explicar, e isto parece o diário das sessões*”. Finalizadas as intervenções, a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por maioria**, com voto contra do Membro Sr. José Nogueira aprovar a **ata n.º 15**, referente à sessão ordinária realizada, no dia 12 de fevereiro último num universo de 25 **votes**. Os Membros Srs. Benvinda Gonzalez, Luís Amorim, Carlos Pereira e Fernando Lourenço, nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Dec- Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro não participaram na votação da ata por não terem estado presentes nessa mesma sessão. \_\_\_\_\_

Seguidamente, a Mesa apresentou em nome da Comissão Permanente dois votos, um de pesar e outro de congratulação, assim como o representante da CDU apresentou duas moções. \_\_\_\_\_

### **“Voto de pesar pelas vítimas da pandemia do COVID-19**

*A Assembleia Municipal de Valença, não podendo ficar indiferente à dura realidade que o mundo e o país em particular atravessam, vem expressar o seu profundo pesar e tristeza pelas vítimas mortais provocadas pela pandemia do COVID-19 fazendo em sua homenagem um minuto de silêncio e endereçando de forma geral às famílias enlutadas a sua solidariedade e as mais sinceras condolências.”* \_\_\_\_\_

Pela Assembleia Municipal foi feito o minuto de silêncio em memória das vítimas do Covid 19 e **aprovado por unanimidade**, num universo de **29 Membros**. \_\_\_\_\_

### **“Voto de congratulação**

*É tempo de nos lembrarmos e agradecermos aos agentes valencianos, individuais e coletivos, que têm lutado contra um conjunto de fatores adversos resultantes do efeito devastador da pandemia COVID-19 que assola Valença, o país e o mundo inteiro. Apesar das limitações de alguns direitos, liberdades e garantias determinadas pela implementação de medidas restritivas consideradas necessárias, os agentes valencianos têm sabido de forma empenhada, disciplinada, paciente e serena responder de forma positiva a estes novos desafios provando a sua grande capacidade de resistência. A todas as instituições valencianas, públicas e privadas, aos profissionais envolvidos e a todos os valencianos e residentes, esta Assembleia Municipal não podia deixar de se congratular com esta atitude louvável e reconhecer publicamente o seu empenho e comportamento”.* \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira**, após as habituais saudações, solicitou a palavra para referir que efetivamente a Comissão Permanente incumbiu a Mesa de louvar os valencianos. Entretanto, o Grupo Intermunicipal do Partido Socialista na CIM Alto Minho, apresentou na véspera um voto de louvor que foi aprovado por unanimidade e da qual o Sr. Presidente da Assembleia e parece ter gostado do teor do mesmo. E então, o que disseram e que os outros agrupamentos partidários comungaram foi o seguinte: \_\_

*“Nos últimos tempos todos percebemos a expensas próprias como em tão pouco tempo tudo muda, e muito mudou de facto com a eclodir da mais grave crise sanitária do nosso tempo por força do aparecimento inesperado e quase instantâneo da COVID-19, doença classificada pela Organização Mundial de Saúde como pandemia internacional e encarada e combatida à escala global como tal. Não obstante a situação epidemiológica parecer estar controlada em Portugal e na Europa, a verdade é que a já demonstrada volatilidade do problema no que respeita à sua evolução ou regressão impedem o traçar de quaisquer previsões aconselhando por conseguinte a não se embarcar em deslumbres que, sendo tentadores, no limite, nos poderão ser fatais, literalmente. Nesta batalha global que a todos convocou e convoca e que ninguém dispensou ou dispensa, todos fomos e somos soldados na luta contra um inimigo tão mortal quanto invisível, imprevisível e traiçoeiro. Uns a partir do conforto e da segurança dos seus lares, contribuindo dessa forma para a mitigação da curva de transmissibilidade do vírus, outros através do combate direto de primeira linha, profissionais de saúde, forças de proteção civil e segurança, Bombeiros, instituições de solidariedade social e bancos de voluntários, Autarquias, agrupamentos escolares, funcionários municipais e dos serviços municipalizados, profissionais de transporte de mercadorias ou de grandes superfícies. E é relativamente a estes grupos de profissionais que impende sobre todos nós o dever de reconhecimento público pela sua fundamental intervenção na salvaguarda da saúde, da vida, e da dignidade humana, extensível ainda a todos os valencianos que no geral pugnaram a todo o momento por uma exemplar postura de cidadania, de auto e hetero proteção, salvaguardando e zelando pelo cumprimento das determinações decorrentes do estado de emergência emanadas pelo Governo, designadamente pela Direção-Geral de Saúde, poder autárquico e demais autoridades. Pelo exposto, porquanto tal reconhecimento se impõe como justo, justificado e necessário, a Assembleia Municipal de Valença, reunida a 30/06/2020, delibera pela aprovação de um voto de louvor a dirigir a todas as instituições, profissionais, e valencianos, cujo contributo de revelou e vem revelando prioritário e decisivo no combate à crise sanitária provocada pela COVID-19, e do qual, com a aprovação do presente, deverá ser dado formal conhecimento público à comunidade valenciana.”*

Isto é uma proposta que foi adaptada já na CIM. O texto é da autoria de um Deputado Municipal da Assembleia Municipal de Viana cujo nome é José Carlos Freitas. Portanto, o que a cada um pertence deve ficar a pertencer, pelo que deixou o documento com as devidas adaptações, que mereceu o consenso de todas as forças partidárias na CIM, sem querer substituir a proposta apresentada referiu ao Sr. Presidente que poderia fundir ambas. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Inês Ferreira** referiu que desde março que todos vivem momentos extremamente conturbados, de ansiedade, de temor. O grande problema que se colocava naquela altura, mas que entretanto a nível central não deram a atenção devida, era a questão dos mais idosos, principalmente os que estão em instituições de solidariedade social e em Valença existem duas, o lar da Santa Casa da Misericórdia e da Cruz Vermelha, nas quais até ao momento não existiu problema. Apesar do louvor expresso pela Mesa da Assembleia complementado com a intervenção do seu antecessor, louvam e agradecem a todas as instituições e o trabalho exemplar de articulação entre a Câmara Municipal de Valença e o Centro de Saúde e as outras instituições. Sabe que a Câmara Municipal de Valença, na pessoa do Sr Presidente da Câmara, esteve presente, apoiou, forneceu meios, trabalhou em prol de que em Valença não houvesse surtos como se verificam em outras regiões do país. Louvou o trabalho do Dr. Álvaro, do Presidente da Câmara e dos dirigentes da Santa Casa da Misericórdia e do Lar da Cruz Vermelha, assim como a atitude dos valencianos. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** propôs, uma vez que estão todos imbuídos do mesmo objetivo, a simbiose de todas as intervenções e textos no voto de congratulação, pugnando para que o resultado continue a ser o mesmo. \_\_\_\_\_

Relativamente à simbiose dos textos o **Membro Sr. José Nogueira** referiu que iria votar favoravelmente mas que se deveria ter o texto para votar, o texto que entregou ou o texto original. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** propôs que se vote em conjunto o texto apresentado pela Mesa, o texto apresentado pelo líder do Grupo do Partido Socialista e a sugestão apresentada pela líder

do Partido Social Democrata. Proposta da qual o **Membro Sr. José Nogueira** discordou por entender que deve existir um texto para votar. E perante tal discordância, o Sr. **Presidente da Assembleia** referiu que a Mesa apresentou um texto que é a súmula de todas as intervenções e textos e será o texto colocado à votação. Portanto, ***universo de 29 Membros, o voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.*** Seguidamente, referiu que pelo Grupo da CDU foram apresentadas as seguintes moções, as quais foram lidas pelo Membro Sra Cláudia Labrujó. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs que a **“MOÇÃO - Em defesa de um serviço de água público acessível e de qualidade para todos”**, fosse objeto de discussão e votação, assim como de transcrição no **PONTO 8 - ÁGUAS DO ALTO MINHO – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA E AS SUAS IMPLICAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS A NÍVEL LOCAL**, de forma a não duplicar as mesmas questões e as mesmas discussões, ficando a dos apoios para discussão imediata. Atendendo a que não houve objeções à metodologia proposta, a Assembleia Municipal ***autorizou por unanimidade num universo de 29 Membros que a moção em defesa de um serviço de água pública acessível e de qualidade para todos seja discutida e votada no ponto 8.***

**“MOÇÃO - Salvar centenas de micro, pequenas e médias empresas, primeiro passo para a retoma económica de que o Concelho de Valença precisa.**

*Ao longo da leitura deste texto vou abreviar esta designação para não criar ainda mais, ser mais extensa esta leitura. Só quem não conhece a realidade nacional é que poderá ficar surpreendido com a situação de grande aflição por que passam muitos milhares de pequenos empresários e as suas famílias. O surto epidémico que atinge o país e o mundo veio expor ainda mais e de forma brutal as muitas fragilidades e problemas que atingem o tecido empresarial português. Nestes meses, uma larga camada desses empresários ficou sem qualquer tipo de rendimentos face à suspensão das suas atividades e encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenhavam, ou ainda pelo desaparecimento ou significativa redução da procura de clientes.*

*O Governo avançou com algumas medidas de apoio aos MPME, mas que são claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda, é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio, ou porque tinham situações por resolver, ou em resolução perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a banca, ou na situação de milhares de sócios-gerentes que ficaram de fora dos critérios definidos pelo Governo ou na exclusão do programa Adaptar, de empresas em regime de contabilidade simplificada. Os recursos que o país tem não podem ser usados para defender os lucros e privilégios dos grandes grupos económicos, mas sim para proteger rendimentos dos trabalhadores, dos reformados, mas também dos milhares de microempresários e empresários em nome individual cuja atividade será também ela fundamental para recuperar e desenvolver o país.*

*O principal instrumento criado pelo Governo para o apoio às empresas foi o chamado de regime de lay-off simplificado. Mas este regime está a servir sobretudo para apoiar as grandes empresas em centenas de milhões de euros. Ou seja, mais de metade das grandes empresas, muitas delas que tiveram centenas de milhões de lucros nos últimos anos, foram apoiadas, ao passo que no caso das microempresas apenas 7,4% obteve acesso e também no caso das sociedades empresariais as microempresas apenas 25% destas sociedades acederam a este apoio do Governo. O mesmo aconteceu com os 850.000.000,00€ que foram para o poço sem fundo do Novo Banco, ex-BES, e que tanta falta faziam ao país.*

*É indispensável e urgente dar resposta à grave situação das microempresas de natureza familiar e empresários em nome individual ou trabalhadores por conta própria. Muitas com situações informais, vivendo de vários trabalhos parciais à comissão, da mediação ocupados em serviço de proximidade, da construção civil à limpeza, do comércio local, aos feirantes, dos explicadores às pequenas oficinas de reparação automóvel, entre tantos e tantos outros que não conseguimos aqui enumerar. Para a CDU exigem-se respostas visando o levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos. A consagração do apoio financeiro aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes; a atribuição de um apoio mensal à tesouraria destas empresas e o assegurar de empréstimos a taxa de juro zero com dois anos de carência e 10 anos para amortização dos valores em dívida; a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis; entre outras medidas e respostas que não podem continuar e esbarrar na lentidão e burocracia de*

*uma máquina que está feita para apoiar grandes grupos económicos e que se prepara para levar à falência e à pobreza, se nada for feito, milhares de micro, pequenos e médios empresários.*

*Responder agora e sem demoras aos seus problemas é responder a uma parte significativa do tecido económico e que será fundamental para a retoma económica de que o país irá precisar. Assim, a Assembleia Municipal da Valença exige do Governo que se optem medidas no sentido de levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos lay-off simplificado, programas Adaptar, etc., a consagração do apoio aos sócios-gerentes das microempresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes, a atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários e empresários em nome individual com um valor mínimo de 438,81€, suspender este ano o pagamento por conta em sede de IRS e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto pagamento especial por conta PEC, concessão de empréstimos a taxa de juro zero com dois anos de carência e 10 anos para amortização dos valores em dívida sem recurso à intermediação da banca privada, a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis, apoio ao rendimento não habitacional refletindo a renda paga pelo MPME a quebra de atividade que foi verificada, e a criação de uma rede de contacto de apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio.”*

Prosseguindo, de acordo com o regimento e a pedido do Grupo Municipal do Partido Socialista, a **sessão** foi **interrompida** por 10 minutos para análise desta proposta apresentada do CDU entre as **10h44 e 10h55**. Retomados dos trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Membros Sras **Benvinda Gonzalez e Inês Ferreira**.

- **O Membro Sra Benvinda Gonzalez**, em nome do Partido Socialista, agradeceu à Deputada Cláudia Labrujó ter trazido este tema à colação, independentemente da matriz ideológica que ela transporta no seu documento, considerou que é importante manifestar que o Governo da nação esteve atento a todas as situações, sendo que a situação apanhou toda a gente de surpresa e que quando se fala da medida do *lay-off* simplificado os dados são muito evidentes e para revelar a importância que o Governo do Partido Socialista deu a esta matéria e a celeridade com que atuou criando medidas de imediata intervenção e acesso, mencionou que em termos do que é a operacionalização sabem que na primeira fase não se deu resposta a todas as necessidades, no entanto já há um reforço orçamental e estão a ser criadas portarias e com certeza o Partido Socialista pela sua matriz ideológica de solidariedade e de justiça social não deixará de fora aqueles que forem mais necessitados. Há matrizes de rigor e de prestação de contas que têm que ser também feitas através de documentos e se calhar as pequenas empresas não estarão tão bem organizadas para isso. Partilhou que 114.369 empresas acederam ao *lay-off* a nível nacional e as acederam ao *lay-off* simplificado são as pequenas e médias empresas, que compõem grande parte do tecido empresarial do país, sendo que destas 114.369, empresas até 10 trabalhadores acederam 93.068, de 11 a 25 trabalhadores acederam 13.183, de 26 a 49 trabalhadores, 4.261, de 50 a 249 trabalhadores, 3.318 e com mais de 250 trabalhadores, os grandes grupos económicos, 539 empresas. No contexto nacional, o *lay-off* foi mais utilizado na região de Lisboa, 24%, seguida da região do Porto com 19%. No distrito, 2.604 empresas recorreram ao *lay-off*. Em Viana do Castelo até 10 trabalhadores, 2.202 empresas, de 11 a 25 trabalhadores, 245, de 26 a 49 trabalhadores, 80, de 50 a 249, 63 e com mais de 250 trabalhadores, 14 empresas. Não só no âmbito do setor industrial mas também o terceiro setor foi acalentado por o Governo de forma imediata, criando medidas, nomeadamente através do Instituto de Emprego e da Formação Profissional, medidas de emergência para financiarem, subsidiarem pessoal voluntário que podia apoiar, portanto, as candidaturas efetuadas por as IPSS, nomeadamente que



trabalham no setor dos idosos e da saúde, que desenvolveram um excelente trabalho. Aos dirigentes da casa foram-lhes dados dois dias úteis para despachar esses processos. Não houve problemas de dinheiro em nenhum momento. Aliás a portaria está em vigor até hoje e prevê-se a sua renovação até final do ano. Outra coisa será se se vai ter ou não voluntários para enquadrar na medida. Mas não é por parte do Governo que falhou nem falha, pelo contrário, estão atentos. Aliás, a Ministra do Trabalho e da Solidariedade está em todos os lados, na Segurança Social e no IEFP. No setor industrial, o Partido Socialista está atento e consciente, possui três Deputados que têm feito um trabalho incansável e não se esqueceram do comércio transfronteiriço e da importância, nomeadamente, que tem para o concelho de Valença. Sabem que o pior de Valença ainda não chegou, porque finalizados os *lay-off* é que se verá se o setor da restauração e do comércio têm capacidade de manter os postos de trabalhos que tinham antes da pandemia. E, portanto, solidariedade, justiça social, é algo que o Partido Socialista não se esquece. Em relação à moção que a Sr<sup>a</sup>. Cláudia Labrujó apresentou para salvar as pequenas e médias empresas, mencionou que valorizam enquanto oportunidade de discussão, no entanto o Partido Socialista vai votar contra. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Inês Ferreira** começou por agradecer à Dra. Benvinda Gonzalez toda a informação que prestou, uma informação valiosa que tem acesso dadas as funções que exerce e mencionou que ninguém estava à espera que uma pandemia aparecesse em 2020. Têm noção que o Governo foi apanhado de improviso e que tomou algumas medidas, mas que quem está no terreno continua a sentir falhas e que as coisas não chegam a quem deviam de chegar, e, portanto, a Cláudia Labrujó foi extremamente oportuna e pertinente ao trazer esta moção. Em Lisboa, o Dr. António Costa possui a maioria que precisa para que sejam aprovados os diplomas e pode, no momento da discussão do orçamento suplementar, propor as alterações que vocês consideram urgentes, necessárias e correções àquilo que tem sido feito até agora. Em suma, o Grupo Municipal do Partido Social Democrático considera a moção apresentada como pertinente e como tal irão votar a favor. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a “**MOÇÃO - Salvar centenas de micro, pequenas e médias empresas, primeiro passo para a retoma económica de que o Concelho de Valença precisa**” à votação e num universo de 29 Membros foi aprovada por maioria com votos contra dos Membros Srs. Óscar Gabriel Pereira da Silva, Ana Margarida Garcia Tomé, Luís Manuel Gomes Amorim, José António Lopes Nogueira, Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez, Manuel Álvaro Guimarães Gomes, Ana Cláudia Gomes Moreira, António Joaquim Dias e José Manuel Montenegro Roda, os restantes a favor. \_\_\_\_\_

## INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às interpeleções ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Cláudia Labrujó, José Nogueira, Cláudia Moreira, Óscar Silva, Ana Tomé, Vasco Severino, Luís Amorim, Álvaro Gomes, António Dias, Carlos Pereira, Paula Natal, Francisco Romeu e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Cláudia Labrujó** reconheceu a coragem e a determinação que as gentes de Valença tiveram aquando do início desta pandemia, por procederem ao encerramento dos seus comércios, negócios, a sua conduta na esfera social de cuidado e zelo, quer pelos próprios, como pelos outros. É solidária com as angústias e receios de todos pelo que apresentou disponibilidade para ajudar no que for humanamente possível. Antes de prosseguir, proferiu um bem-haja pelo esforço do Município face a todas as circunstâncias de saúde pública, social e educacional e por todas as medidas que tomou, quer a nível de saúde pública, quer a nível escolar, apesar de em algumas circunstâncias se terem demonstrado insuficientes, nomeadamente no que se refere à *internet* nas Freguesias. Teve conhecimento de que houve alunos que não tiveram oportunidade de ter acesso a material para poderem ter as aulas interativas. Portanto, espera que a circunstância global sirva para se perceber as reais fragilidades internacionais, nacionais e locais.

---

Seguidamente, referiu o facto de paulatinamente estarem a retirar pontos característicos da agora cidade outrora vila de Valença, na Avenida de Cristelo de onde foram arrancadas cerca de 20 árvores. Ícones na história das gentes de Valença, assim como para os efeitos medicinais que as mesmas eram utilizadas, tal como a sua fantástica sombra e o seu característico cheiro de tília que transporta através do olfato aos mais belos anos do ser humano. Nascida intramuros, criada no centro da então vila, agora cidade, sempre com a nítida recordação de haver tílias na Avenida do Cristelo, com ideia de quando ainda era uma catraia de ter havido problemas com as antigas árvores e as mesmas serem substituídas pelas atuais, agora mortas, ao abandono, no antigo Campo da Feira. Chamou sem qualquer receio a esta situação um verdadeiro atentado ao meio ambiente. Solicitou aos serviços da Câmara, assim como ao Sr Presidente da Câmara, um relatório que indicasse a verdadeira causa que levou ao arranque e ao abandono destas árvores, feito por técnicos especializados com o fim de confirmarem com veracidade esta situação de doença, uma vez que foi dito nas redes sociais pelo antigo Presidente de Câmara que as mesmas estavam com problemas e daí terem sido arrancadas. Estudo que nunca lhe foi apresentado. De salientar que no mesmo local foi trazido à luz do dia uma infraestrutura de alguma antiguidade sem valor relevante que justificasse ficar a descoberto, questões que lhe foram respondidas por escrito pela arqueóloga do Município.

---

- **O Membro Sr. José Nogueira** começou por dizer que existem dois sinais de trânsito colocados no Emparcelamento que dizem “proibido, exceto proprietários” e os trabalhadores têm que calcorrear a pé. A discriminação é para quem entra na antiga casa do Dr. Carlos Rodrigues e quem entra pelo bairro dos ciganos, porque pelo lado da Urgeira, como a Urgeira costuma votar PS, tem mais um sinal discriminatório, vandalizado, que diz “proibido a veículos com mais de 2,5 t”. Portanto, o Sr Presidente da Câmara tem acesso direto da sua casa para o Emparcelamento, Ganfei tem acesso direto para o Emparcelamento, estando os sinais apenas nas entradas a discriminar quem quer entrar no emparcelamento, que ao próprio não causa grande transtorno e continuará a beneficiar do circuito, no entanto irrita-o profundamente que ninguém ligue à lei, em que o artigo 25.º da Lei 75/2013 diz que “Aprovar as posturas e regulamentos com eficácia externa do Município cabe à Assembleia Municipal.” e que consultando na internet “sinais de trânsito, Autarquias, competência.” aparece um acórdão da

Relação de Coimbra que diz que é nulo qualquer sinal que seja colocado em violação desta alínea g) do número 1 do artigo 25.º, que proíbe a colocação em estradas, ruas, caminhos municipais, de um sinal de trânsito que carácter permanente aprovado por Câmara Municipal – se é que foi, que não sabem – e não pelo órgão deliberativo do Município. Termos em que questionou onde está suportado juridicamente que a Câmara pode pôr ou plantar sinais onde quer que seja sem decisão da Assembleia Municipal. Considera um desrespeito pelo órgão deliberativo. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Cláudia Moreira** começou por questionar em que estado se encontra o processo de transmissão do edifício da antiga Guarda Fiscal para a Câmara Municipal, para a criação da residência dos estudantes, objeto de debate desde o início do mandato e decorridos três anos não se pensou num edifício alternativo para a criação do espaço. Em setembro próximo inicia-se um novo letivo e o problema continuar por resolver, com o risco de um prolongamento desnecessário da problemática e mais grave é ainda a possibilidade de prejudicarmos a ESCE desde o ponto de vista das candidaturas pelo facto de a cidade não dispor de condições adequadas à fixação dos estudantes. \_\_\_\_\_

Seguidamente, alertou para a questão da perigosidade da intermitência nos semáforos na rua dos Bancos, já alertado na última sessão da Assembleia Municipal a 12 de fevereiro e entre esta data e o dia 18, feriado municipal, ocorreram dois acidentes exatamente da mesma forma naquela rua e um deles poderia ter sido extremamente grave, porque foi durante a tarde e podia ter envolvido o colhimento de peões, pelo que referiu que para próxima vez deverão ser estar mais atentos e evitar que tais avarias se prolonguem tanto no tempo ao ponto de gerar situações como as que referiu. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Óscar Silva** referiu que a sua intervenção versaria sobre o impacto da pandemia do COVID-19 que foi um forte impacto à escala mundial em termos sanitários e que consubstancia também uma forte fragilização socioeconómica à qual a região e o concelho também não foram alheios, tendo destacado os dados relativos ao desemprego que foram recentemente disponibilizados pelo IEFP onde Valença surge como um dos concelhos mais penalizados no Vale do Minho com uma subida drástica do desemprego para números superiores ao dobro dos registados no período homólogo de 2019. Valença passou neste período de 342 para 714 inscritos no centro de emprego, considerando apenas a fase da pandemia houve um aumento de 60% dos inscritos no mesmo centro. Para encontrar registo similar de desempregados no nosso concelho teríamos que recuar a outubro de 2014 onde havia 730 inscritos. Atendendo aos dados referidos e ao momento de especial turbulência que se vive, o facto de o Concelho possuir uma implantação industrial excessivamente dependente do *cluster* automóvel e dos componentes obriga a uma reflexão necessária no Concelho para a captação de investimentos que sejam provenientes de setores mais diversificados e mais abrangentes de atividade para não ficar exposto a variáveis externas, como aquela que sucedeu com esta pandemia. Por outro lado, significa isto também que o emprego disponibilizado no concelho é precário e feito à base de recrutamento através de empresas de trabalho temporário, que fomenta a precariedade laboral, estando as empresas a recrutar em função das suas necessidades de produção. Concluiu questionando o Sr. Presidente sobre a justificação para Valença ter sido um dos concelhos mais afetados no Vale do Minho nesta situação de exceção relativamente ao

desemprego e o que fará o Município para ser mais seletivo na captação de investimento e na disponibilização de emprego de mais qualidade combatendo desta forma a precariedade laboral. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Ana Tomé** agradeceu o voto de louvor apresentado e aprovado, assim como à Deputada Inês Ferreira pela menção à Santa Casa. Continua a ser um trabalho árduo e em nome da Santa Casa e enquanto cidadã e Deputada fez um agradecimento especial a todos os colaboradores, principalmente os do lar, os do apoio domiciliário e ao departamento de saúde, esperando que todos continuem em consonância com o bom trabalho. \_\_\_\_\_

Em relação às interpelações ao Sr Presidente da Câmara começou por referir que a recolha do lixo está a ser insuficiente, os contentores estão sempre cheios. Não sabe qual é o método utilizado para a recolha, que não é igual para todos os lados. Por exemplo em Ganfei, a 500 m, vão todos os dias, mas perto, a 500 m, só vão duas vezes por semana, ficando os contentores sempre a rebentar pelas costuras. Sabe que foi contratualizado e há um carro de controlo que será para fiscalização por parte do Município, pelo que questionou o Sr. Presidente da Câmara que medidas estão a ser tomadas, se existe preocupação com esta situação, se está em contacto com a empresa para uma melhor gestão da recolha dos resíduos. Situação que se veio a agravar com a anulação dos contentores para lixo de grandes dimensões, uma vez que continuam a depositar aquilo que era depositado nestes continua a ser depositado junto aos contentores de lixo. \_\_\_\_\_

Seguidamente, mencionou que a piscina municipal tem sido objeto de obras de manutenção, mas os balneários têm sido esquecidos e necessitam de intervenção, assim como, deveria ser criado um balneário infantil para que as crianças pudessem ser acompanhadas, porque existe dimensões para tal, tendo inclusivamente sugerido a reformulação dos balneários com a inclusão do espaço da sauna que está fechado. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Luís Amorim** começou por mencionou um assunto já abordado pela colega Cláudia Labrujó, relativamente à empreitada da Avenida de Cristelo, questionando se houve algum estudo relacionado com o estado de saúde das árvores, porque é lamentável que se deixem morrer, porque se estavam doentes poderiam ter sido alvo de algum tratamento e serem transplantadas para outras zonas do nosso concelho, onde alguns espaços carecem de arborização. Prosseguindo, relativamente à plantação das pereiras na terceira fase da obra da muralha questionou se apenas foi auscultado o autor do projeto ou se foi encomendado outro parecer a outra entidade fora do projeto. \_\_\_\_\_

Seguidamente, apesar de ter felicitado a Câmara Municipal e algumas Juntas de Freguesia pelos esforços desenvolvidos no apoio às suas populações, mencionou que o horário de funcionamento do Centro de Saúde de Valença” foi restringido devido ao estado da pandemia que se atravessa, passando a ser realizado das 8-20h, para serviço de ambulatório com consultas programadas , ficando o horário das 20-24h sem qualquer serviço onde se possa recorrer, canalizando a população para o serviço de urgência de Monção. Termos em que alertou a Câmara para a reposição do horário logo que se volte à normalidade em termos de pandemia. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Álvaro Gomes** versou a sua intervenção na pandemia referindo que os meios fechados são efetivamente aqueles de mais fácil transmissão e a facilitação da população tem dado origem à propagação da pandemia, como já se verifica no zona sul do país e com probabilidades do seu regresso à zona norte. Enquanto profissional de saúde reforçou que a transmissão é facilitada através do ar, pelos movimentos que o próprio transporte das partículas no vento tem. Mais quem não tiver temperatura não significa que não esteja infetado, pode estar infetado, ser portador e ainda não ter febre. Portanto, não é suficiente não ter febre para estar tranquilo, como da mesma maneira não é pelo facto de ter febre que tem obrigatoriamente COVID-19, pode tratar-se de outro vírus. Na comunicação social começam a chegar as notícias da transmissão de outra nova estirpe que já está na China, que vem através do “porco”, da mesma maneira que os chineses acharam que o salmão da Noruega também lhes estava a transmitir mais vírus. Portanto, ainda vai absolutamente no princípio, a fazer experiências, o desconfinamento foi feito muito cedo, e os grandes problemas vão surgir no país inteiro. Entende a dificuldade que é para as Autoridades de Saúde trabalharem para não rebotar com a economia e que o papel de quem neste momento governa não é fácil. Por último, agradeceu ao Sr Presidente da Câmara todo o cuidado que teve e tem e a colaboração que teve quer com o Centro de Saúde, quer com todas as Freguesias, com certeza, com o plano de desinfeção que fez e continua a fazer, uma vez que também se transmite pelas mãos, não é só pelo ar e toda a desinfeção é ótima. Houve estruturas que funcionaram muito bem. Enalteceu todo o pessoal dos centros de saúde do mais profissional ao menos especificamente profissional, foram de um cuidado extremo, abnegados, sujeitaram o corpo às balas, como todo o país, assim como noutras instituições, os Bombeiros, o pessoal do lar, etc. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. António Dias** começou por solicitar, atento a que no âmbito do património natural vão existir verbas disponíveis, que fosse incluído o Parque de Lazer da São Pedro da Torre cujo projeto já está realizado, assim como o motivo de ainda não está terminada a obra que está a cargo do Município fruto do cumprimento de uma ordem judicial e se estará contemplada a questão da sua vedação, porque ao dia de hoje ainda não está vedado e como é que vão resolver o problema da água para depois se proceder à rega dos jardins que lá existem. Mais, quando é que vão ser colocadas as luminárias em S. Pedro da Torre que estão pedidas há muito tempo e aproveitou, a propósito da questão da parceria das Águas, para questionar se existirá algum veículo que possa estar em fim de vida e que possa ser cedido à Junta de Freguesia para utilização própria e caso haja redistribuição de pessoal se poderão afetar alguém à Junta de Freguesia de São Pedro da Torre. Questionou ainda, quando é que vão reparar a ecopista na proximidade da ponte, junto na zona da Veiga da Mira, porque encontra-se com uma vala por baixo da mesma já há muito tempo sinalizada e que pressupõe perigo para pessoas e bens, tendo sido enviado um e-mail para a presidência a alertar do problema que existe na ponte romana na Veiga da Mira e que agora se torna extensível também à outra ponte romana no que diz respeito à sua utilização, nomeadamente por trânsito pesado que danificam as pedras laterais desse património que deveria ser objeto de um outro cuidado e de vedação do trânsito pesado. Deveria também ser equacionada a possibilidade construir pelo menos na Veiga da Mira uma ponte lateral para todo o uso ficando aquela para fins pedonais ou cicláveis.

Por último, questionou para quando se encontram previstas obras de requalificação no bairro social, uma vez que existem infiltrações, inclusivamente existem tetos que estão a cair. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Carlos Pereira** questionou que programação existe, por parte da nova empresa das águas, de lançamento de alguma obra de saneamento para a sua Freguesia e qual é o ponto de situação do projeto para recolha de fossas sépticas, assim como o mesmo questionou em relação à Estrada de Passos e para quando se prevê a normalidade na circulação rodoviária na estrada de ligação à zona industrial de Gandra, bem como se existe programação de mais obra para a Freguesia de Cerdal, visto que obra direta da Câmara Municipal tem sido muito pouca. Em termos de apoios agradecia que nos próximos pedidos fosse pensado que são a Junta de Freguesia mais afetada em termos orçamentais pelo COVID. Neste momento estimam em 20.000,00€ de despesa com esta pandemia. Por último, agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara o empenho que teve na resolução do problema da ocupação irregular de uma casa no bairro social. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Francisco Romeu** agradeceu a todos os Presidente de Junta e ao Município todo o trabalho e empenho desenvolvido durante este período de pandemia. Seguidamente e na sequência da intervenção do orador anterior, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que os elucidasse em relação aquilo que tem previsto, em termos de obras, para as restantes Freguesias. Por último, solicitou que fosse colocada luz de acesso à escadaria que vai às portas da Gaviarra, uma vez que os holofotes aí colocados estão fundidos. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Paula Natal** dirigiu palavras de especial valorização aos atletas de alta competição pelo enorme esforço e extrema dedicação que têm ao desporto que praticam, Rodrigo Alheira e Joana Morgado, ambos de Valença. Levam a cidade de Valença aos quatro cantos do mundo representando grandiosamente os seus clubes, o Rodrigo na modalidade de sanda e a Joana na de judo. Apesar da situação delicada que o mundo atravessa, são atletas que nunca baixaram os braços e sentiram na pele as limitações impostas e necessárias, viram as provas, os campeonatos e os treinos diários a serem cancelados e proibidos, no entanto, adaptaram-se à realidade Deixou umas palavras de encorajamento a todos os clubes da cidade, porque voltarão a ter muitos momentos de glória. \_\_\_\_\_

- **O Membro Inês Ferreira** agradeceu as palavras que o membro Sra Ana Tomé lhe dedicou, assim como os alertas que o Membro Sr Álvaro Gomes fez em termos de Saúde. São demasiado importantes nesta fase que o mundo atravessa. De facto, o país, as escolas e a população não estavam preparados para esta pandemia. Ter ensino à distância, especialmente numa região em que existem alunos não têm em casa as condições essenciais para este cenário de ensino tem pressuposto um tremendo esforço do agrupamento, professores, Autarquia, Juntas de Freguesia para lhes conseguir fazer chegar os trabalhos e fichas e que apesar de ter sido fornecido modem de internet e computador existiram muitas dificuldades com fraco sinal de net. A propósito mencionou que uma das suas alunas só conseguiu entrar numa das suas aulas duas vezes. Aquilo que se verifica é que as operadores só resolvem este género de problemas quando os

mesmos são alvo de notícia como foi o caso da notícia televisiva de uma professora que percorria meia hora de carro para ter sinal de net. \_\_\_\_\_

Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para os necessários esclarecimentos. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** enalteceu o trabalho logístico desenvolvido pelos técnicos do Município para que a realização da sessão em apreço corra dentro das condições necessárias. \_\_\_\_\_

Seguidamente, informou o Membro Sra. Cláudia Labrujó que as Tílias foram objeto de relatório e mediante o resultado foram objeto de hasta pública para a venda de lenha devido ao estado de saúde das mesmas. Poderá aceder ao relatório através do Técnico Florestal. \_\_\_\_\_

Em relação à descoberta em frente à Fonte de Cristelo informou que irá ficar à superfície uma réplica daquilo que existia. O material aplicado em todas as condutas era o lajeado. Quanto à largura da Avenida de Cristelo mencionou que fica com a mesma medida, 6 metros, apenas foi deslocalizada 30 cm para o lado esquerdo quem desce a Avenida. \_\_\_\_\_

Relativamente ao edifício residência de estudantes, informou o Membro Sra Cláudia Moreira que apesar de terem encetado diversas diligências no sentido da aquisição, cedência ou qualquer forma, depararam-se com diversas burocracias que existem no país. O edifício que anteriormente pertencia ao Ministério do Exército, onde esteve o posto da Guarda Fiscal, agora pertence à Autoridade Tributária. \_\_\_\_\_

Quanto aos Semáforos na Rua dos Bancos referiu que nem sempre é possível pôr os semáforos a funcionar de imediato, porque no caso em apreço a placa da comutação de semáforos queimou, cuja reposição é feita por uma empresa especializada. Estão a aguardar a resolução. \_\_\_\_\_

Relativamente à intervenção do Membro Sr. Óscar Silva no que concerne ao desemprego, ao sector automóvel e ao facto de que o Município dever ser mais seletivo, mencionou que não ser muito seletivos e devem abraçar todas as empresas não poluentes e que vêm criar postos de trabalhos neste concelho, evidentemente com condições em algumas instalações. Se se considera o sector automóvel com maiores dificuldades neste momento a realidade é que o setor têxtil não tem menos, teve que se reinventar e começaram a produzir máscaras. \_\_\_\_\_

Quanto ao método de recolha do lixo, respondeu ao Membro Sra Ana Tomé que o lixo é recolhido todos os dias na sede do Concelho, sendo que nas Freguesias é alternado. No período de confinamento produziu-se mais lixo do que aquele que era habitual e a população é demasiado comodista porque não percorre 50 metros para depositar o lixo num contentor que esteja vazio, deixando-o depositado no chão. \_\_\_\_\_

No que concerne aos balneários da Piscina Municipal está prevista uma remodelação com o objetivo de prestarem serviço eficaz à população. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, mencionou que a plantação das pereiras foi notícia no Público há dias e levantado numa reunião de Câmara, que o Município tinha plantado umas pereiras em frente a uma residência, mais concretamente no talude que vai da Santa Casa da Misericórdia à Pousada. As árvores que lá existiam eram 2 carvalhos americanos com algum porte e que foram retirados e colocadas pereiras que terão o porte que se entender e não oferecem qualquer perigosidade ao talude. A requalificação de toda a zona

intramuros foi efetuada em 4 fases e precedida de discussão pública da qual não resultou qualquer reclamação ou sugestão às árvores que estavam previstas para o local. \_\_\_\_\_

Quanto à reposição do horário de funcionamento do Centro de Saúde das 20 às 24h, reduzido devido à pandemia, mencionou que Valença em outrora não era centralidade para ficar com as urgências no Centro de Saúde, mas agora foi centralidade para instalar a estrutura de apoio à realização de testes COVID-19, não obstante espera que esse horário tenha sido implementado só para a fase que se atravessa, uma vez que a população de Valença sente-se prejudicada com o horário agora praticado. Quando se pensa em centralidade deve ser extensivo a tudo e não a parte. \_\_\_\_\_

Enalteceu e agradeceu o trabalho Sr. Dr. Álvaro Gomes, pessoa com quem privou durante todos os dias em que estiveram assolados pelas mais variadas medidas que ninguém era capaz de tomar e que deixaram ao critério de ambos, ao abandono, muitas vezes fizeram finca-pé através dos meios que tinham disponíveis, inclusive o pedido do fecho da fronteira. Pessoa incansável que nunca deixou de o atender ou aconselhar, com a qual todos devem estar gratos. Prestou um agradecimento muito especial aos Vereadores do Executivo, quer do PS, quer do PSD, que o acompanharam nas medidas que foram implementadas, porque a legislação saía de hora a hora e as medidas tinham que ser tomadas, e desde o primeiro dia também essas pessoas não se coibiram de, juntamente com o Executivo e com o próprio, tomar as medidas pertinentes e transversais a todos os Concelhos do Alto Minho. De um modo geral agradeceu a todos os profissionais de saúde do concelho que tiveram, para o bem dos outros, ter que não cumprir medidas de confinamento, assim como aos funcionários do Município. \_\_\_\_\_

Em resposta ao Sr. António Dias mencionou que é do conhecimento de todos os Presidentes de Junta que foi implementado um sistema de cedência de luminarias de dois em dois anos, das quais, numa das levas, S. Pedro da Torre já foi contemplada. Neste momento está-se a implementar o sistema LED no concelho e dão preferência à substituição das luminárias por LED, no entanto caso se trate de alguma estritamente necessária é colocada. Quanto à solicitação de veículo e recursos humanos para a Junta de São Pedro da Torre informou que o Município também precisava de alguns veículos e de mais algum pessoal, porque quase triplicou a área verde no concelho e os funcionários para este serviço são cada vez menos devido às aposentações. Aliás S. Pedro da Torre já é uma das freguesias contemplada com um funcionário do Município. Seguidamente, informou que há dias o carpinteiro do Município procedeu a algumas reparações na ecopista, junto à ponte romana na Veiga da Mira, designadamente as travessas da ponte romana, assim como informou que foram colocados, nesta, os sinais de trânsito de proibição de circulação de veículos pesados, que haviam sido solicitados pela respetiva junta de freguesia. Portanto, se existem infratores devem alertar as autoridades do mesmo. Quanto a intervenções nos Bairros Sociais do Concelho, informou que o levantamento das necessidades já está feito e estão previstas intervenções não só em São Pedro da Torre, como Cerdal e Friestas, através de um fundo que será disponibilizado e direcionado apenas para a habitação social. O parque de lazer está a ser terminado e após a receção provisória da infraestrutura será entregue à Junta de Freguesia, que contempla um polivalente de futebol de 5, andebol e basquetebol, assim como os contadores da água e luz passarão para esse mesmo domínio. O Município despendeu 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros) para a infraestrutura. Logo que a



infraestrutura esteja no domínio da junta de freguesia poderá fazer os furos para a rega que entender. Na Avenida de Cristelo estão a ser acauteladas situações, por exemplo fica um negativo da Fonte de Cristelo para o lado do antigo Campo da Feira, para um reservatório de aproveitamento da água que está a ser desperdiçada e que servirá para regar o jardim municipal, rotunda e separadores centrais. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, agora em resposta ao Membro Sr. José Nogueira mencionou que é do conhecimento geral que os arruamentos do Emparcelamento não são estradas, são caminhos de voltas e que este é privado. Os sinais estão colocados de acordo com o que já existia quando foi construído o emparcelamento. Portanto, se as pessoas estão privadas de duas entradas no perímetro do emparcelamento, têm mais 10 entradas abertas, pela ecopista, Pesqueira dos Frades, Parque de Merendas de Verdoejo, tem muitos acessos para o fazer. Não podem é fazer daquilo uma pista de velocidade como muitas vezes acontece. A ponte romana, na urgeira, possui sinal de proibição a veículos com mais de duas toneladas porque não possui estrutura para suportar mais. \_\_\_\_\_

Perante este último esclarecimento do Sr. Presidente de Câmara, o **Membro Sr. José Nogueira** solicitou a palavra para desmistificar que mesmo sendo privado o emparcelamento questionou se foi a Câmara que colocou os sinais de trânsito, se estão regulamentados de acordo com as normas em vigor, o motivo dessa colocação sem serem objeto de apreciação e votação pela Assembleia Municipal e onde se encontra prevista essa competência. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu a sinalização e trânsito não é preciso vir à Assembleia Municipal, é da competência do Presidente da Câmara. \_\_\_\_\_

Terminadas as interpelações e os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal interrompeu** os trabalhos da sessão para almoço pelas 12h30 e reiniciou às 14h00. \_\_\_\_\_

## I – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

### PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

### PONTO 2º - APRECIÇÃO DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI N.º 6/2020 DE 10 DE ABRIL

Depois de reunido o quórum suficiente para dar seguimento à sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia, tendo procedido à abertura de inscrições aos pontos supra referidos constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, os quais, por decisão da Comissão Permanente, seriam apreciados conjuntamente, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Óscar Silva, Ana Tomé, António Dias, Cláudia Moreira, José Nogueira, Francisco Romeu, Paula Natal e Inês Ferreira. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Cláudia Labrujó** solicitou informações sobre a aquisição de dois prédios rústicos para implementação de um recinto para festas em Boivão, o ponto de situação da construção da casa

mortuária no Cemitério Municipal de Valença, o motivo de vir à Assembleia Municipal um pedido de subsídio para a requalificação da Escola Primária do Corgo, estrada nacional EN, passagem de nível, quando já está concluída e, atenta a que em São Pedro da Torre há um pontão de embarcações se em Valença está previsto ser feito algum pontão para embarcações, nomeadamente na zona da Senhora da Cabeça ou no cais. Mais, se a estrada de ligação do parque industrial à EN 13 está a cumprir os afastamentos do Fortim do Tuído em Gandra e para quando estão previstas obras de manutenção na ecopista Valença-Monção, visto que o piso está irregular, com sinalização degradada e ausência de madeiramento de impedimento de passagem de veículos em alguns locais sem supervisão e consequente manutenção que permita a circulação de veículos na mesma. Manter estas vias não é barato, mas cada vez que fazem mais e se deixam ao abandono. Também algum madeiramento dos passadiços de madeira na ecopista do Rio Minho na zona da Senhora da Cabeça está danificado e a necessitar de reposição. Quanto à empreitada que está a ser levada a cabo na Ponte Seca, questionou como é que vai ser feita a ponte pedonal, a inclinação e material a aplicar atenta a que vai passar a ciclovia que vem da Avenida de Cristêlo.

Seguidamente, alertou para a necessidade de as Juntas de Freguesia colocarem nos locais de afixação de avisos, a informação da recolha dos monos e o procedimento a adotar para que a Câmara lhes faça a recolha de forma a evitar lixo espalhado pelo chão.

Quanto aos processos judiciais solicitou informação sobre o ponto de situação dos nºs 2, 9 e 12, assim como acerca das apreciações das informações relativas aos atos praticados ao abrigo e sobre a licença especial de ruído para empreitada de eletrificação da Linha do Minho, se há limitação de ruído durante a noite, se podem usar máquinas de perfuração, por exemplo, durante a noite junto a zonas residenciais.

Por último, questionou, subjacente à isenção de diversas taxas, qual a fonte de receita do Município e solicitou informação por escrito no que se refere à receita arrecadada nos parquímetros na Avenida dos Bancos relativamente ano de 2019 e se essa mesma receita foi comunicada à Autoridade Tributária.

- **O Membro Sr. Francisco Romeu** questionou se vão ser contratualizados serviços de limpeza e manutenção para a ecovia Veigas do Minho ou se vai ficar a cargo do Município. Mais, a propósito das obras que estão a ser levadas a cabo na Avenida de Cristêlo questionou se também está contemplada alguma obra no antigo Campo da Feira e no Jardim Municipal, assim como para quando está prevista a iniciação da obra de requalificação da EN 101 – Valença – Melgaço, mais concretamente Valença-Monção.

- **O Membro Sr. Óscar Silva** relativamente à resposta dada pelo Sr Presidente da Câmara às suas questões sobre o desemprego neste Concelho, na sua perspetiva, a dinamização económica e o crescimento do Concelho não pode depender de improvisações ou de aceitar o que vem, mesmo que o que vem – e isto em termos de investimento – não seja de valor acrescentado para a economia local nem promova um emprego de qualidade. Além do mais, num projeto autárquico, aquilo que se impõe é que se pense e projete o Concelho a médio e longo prazo e não baseando-se em políticas avulsas e estando o tecido industrial tão centralizado no setor automóvel, Valença estará sempre muito mais exposta a

variáveis externas como aquela que sucedeu agora com a pandemia do COVID-19 como por exemplo, Detroit, nos Estados Unidos, foi uma superpotência em termos industriais, à base do setor automóvel que numa crise tornou-se praticamente numa cidade fantasma fruto da deslocalização de empresas para outras cidades vizinhas e das respetivas populações que não tinham meio subsistência nesse local. Motivo pelo qual fez o alerta para se pensar e refletir sobre esta situação a médio e longo prazo para o Concelho de Valença. \_\_\_\_\_

Outra questão que era para abordar no período da manhã, mas não deu tempo, mas que já foi de certa forma aflorada por algumas intervenções relativamente ao projeto de requalificação na fortaleza que está relacionado, então, com a plantação das tais nove pereiras bravas. A propósito da plantação de pereiras na fortaleza, o PS alertou nas reuniões de Câmara e na Assembleia Municipal que pressupunham uma ameaça grave à estrutura da fortaleza quando, na altura, circulava já uma petição pública na *internet e notícia do Público*. Na altura, o então Sr. Presidente da Câmara, Dr. Jorge Mendes, desvalorizou esta situação dizendo que era apenas um incómodo do cidadão subscritor ou promotor dessa petição pública. A verdade é que na mesma notícia também refere que a Direção-Geral do Património Cultural considera que o desenvolvimento das raízes destas pereiras bravas, contrariamente aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, acompanham o crescimento destas árvores de grande porte, que podem atingir os 15 metros de altura que, segundo a Direção-Geral do Património, ameaça de forma grave a estrutura da fortaleza, que não vai retirar vantagem ambiental significativa e criará ainda uma barreira visual que vai condicionar as relações visuais do interior com o exterior da fortaleza e vice-versa. Isto subverte aquilo que é a função de uma estrutura defensiva desta época, como é o caso da fortaleza e que faz parte da sua história e que não podem ou não devem de forma alguma negligenciar e devem preservar. Nessa mesma notícia do Público, refere que em setembro último a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho teve uma equipa no terreno que foi liderada pelo arqueólogo Luís Fontes, o qual, na notícia, admite que nunca teve sequer a oportunidade de se pronunciar sobre esta plantação das pereiras bravas em sede de aprovação do projeto. Da mesma forma que, posteriormente, nenhum elemento da sua equipa foi consultado sobre essa opção ou solicitado para acompanhar a execução dessa plantação. Após – da mesma notícia – requerimento do Sr. João Teixeira, um técnico paisagista da Direção-Geral do Património Cultural emitiu um parecer que realçou a gravidade de as raízes crescerem tão rápido como as próprias árvores e que comprometeria um dos principais suportes estruturais de toda a fortificação. Posteriormente, vem na notícia, contactado pelo Público e confrontado com as opiniões e pareceres dos diversos especialistas, o Arq. Eduardo Souto de Moura, o responsável pela arquitetura desta fase de requalificação, admitiu que, face a tais opiniões e à polémica que se instalou, mostrou abertura ao então Presidente da Câmara, Dr. Jorge Mendes, para alterar esse elemento do seu projeto original, ou seja, disponível para retirar a plantação das árvores do projeto que inicialmente apresentou, afirmando – palavras do próprio – que não queria ser um assassino do património arqueológico português e optou, então, por colocar essa decisão da plantação nas mãos da Autarquia. Contra as opiniões das diversas personalidades e entidades, especialistas no paisagismo, na arqueologia, no património, o Executivo Municipal, então liderado pelo Dr. Jorge Mendes, decidiu avançar com dita plantação. \_\_\_\_\_

Em suma, pode, no limite, entender ou aceitar que as preocupações do Partido Socialista, trazidas a este órgão, há um ano, não sejam atendidas porque o Executivo Municipal, liderado pelo PSD, já os habituou a esta posição eminentemente ideológica, mesmo quando o que está em causa é o interesse coletivo e, neste caso, patrimonial do Concelho. No entanto aquilo que lhe custa entender é como o Executivo Municipal liderado agora pelo Sr. Manuel Lopes continua a menosprezar estes contributos, estes alertas, estes pareceres das personalidades e entidades de competência comprovada e inatacável como as que referiu, questionando o Sr. Presidente da Câmara o que leva o Executivo a fazer ouvidos moucos a estas preocupações e, porque ainda estão a tempo, perguntou se imperará o bom senso e reverterão esta situação preservando um dos principais suportes estruturais do nosso ex-libris. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Ana Tomé** referiu que o Sr. Presidente da Câmara respondeu-lhe sem ter respondido, pelo que referiu que já tinha percebido que a recolha do lixo não se faz todos os dias nas Freguesias, assim como já viu situações no centro de Valença em que os caixotes do lixo continuam com sobrelotação, dando má imagem à cidade, pelo que questionou o que é que o Executivo, que com certeza entende que a recolha não está a ser eficaz, e isto ultrapassa o problema de maior fluxo de lixo no confinamento, diligenciou no sentido de apurar se o que foi contratualizado está a ser cumprido, se o executivo usa o veículo que está contratualizado para fazer essa fiscalização, se está em contacto com a empresa e se realmente estão a respeitar, é inoperante, não é suficiente, e não dá qualidade às nossas Freguesias e ao nosso Concelho. \_\_\_\_\_

Em relação à piscina, também respondeu sem responder, “estamos atentos e vamos fazer”, e portanto questionou da previsão, moldes e se vão existir muitas burocracias como para a residência universitária que decorridos três anos ainda não há alterações. \_\_\_\_\_

Por último, a propósito da intervenção do Sr Presidente da Junta de Ganfei em relação à iluminação, lamentou que tenha falado de uma coisa que já tinha sido por si abordada em fevereiro, que pelos vistos continua sem resolver. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. António Dias** referiu que o Sr Presidente da Câmara também lhe respondeu sem responder, porque lhe diz que as algumas das luminárias que haviam sido solicitadas para S. Pedro da Torre já foram colocadas, pelo que questionou quais, porque se alguma foi posta, não foi nenhuma das que solicitou. No que diz respeito à rega do parque de lazer que futuramente será entregue à Junta de Freguesia, solicitou aos engenheiros do Município que o informassem do custo estimado dos consumos e da manutenção do parque, no entanto alegaram desconhecimento. Lamentou que exista um projeto sem previsão de custos da manutenção e, como tal, teve que solicitar esse serviço externo para a manutenção e o consumo de água para 800 m<sup>2</sup> de jardim. Acontece que pela resposta do Sr. Presidente depreendeu que não foi tido em conta e apelou para a revisão da situação, devido ao custo expectável, nomeadamente na água, seria oportuno que o Município reconfigurasse a situação e fizesse um furo para que o consumo futuro das águas se cingisse ao consumo da energia elétrica. Também não lhe respondeu à questão da existência de verbas disponíveis para alocar ao património natural e se o Município estaria disponível ou não para incluir o Parque Ribeirinho em São Pedro da Torre, que já tem projeto. \_\_\_\_\_

Seguidamente, questionou se o Município irá ressarcir as Juntas de Freguesias da percentagem não comparticipada das verbas aplicadas para a mitigação da pandemia Covid 19. A sua Junta de Freguesia, numa segunda fase, implantou a rede da *wi-fi* na Freguesia, assim como adquiriram computadores para emprestar às famílias carenciadas e lamentou que quer por parte do Município, no que diz respeito à sua Vereação quer por parte do Agrupamento, se tenham refugiado da questão da proteção de dados que é necessária. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, questionou quando é que o Município está disposto a intervencionar os telhados quer do jardim de infância quer da escola primária de São Pedro da Torre, estão muito degradados. No que diz respeito ao cais em São Pedro da Torre, em novembro de 2017, teve a primeira reunião com o Senhor Presidente da Câmara de então, Jorge Mendes, e o atual, Sr. Manuel Lopes, e apresentou-lhe de facto um projeto que tinham iniciado para situação do cais e no qual não foi tido nem achado. Nunca houve nenhuma aproximação para com a Junta de Freguesia no sentido de obter os melhores contributos e uma colaboração mútua. Acontece que o projeto está concluído com vários erros, porque por exemplo não foi prevista a altura adequada dos prumos que suportam o cais quando existirem marés vivas ou cheias, ficando, da forma como está, submerso, falho gravíssimo. A empresa que projetou a situação inicial tentou contactar o Município várias vezes sem qualquer sucesso para fornecer contributos, até porque se trata de uma empresa nacional, líder no que diz respeito a estruturas marítimas. Enquanto responsável da freguesia reportou, na altura, para o cais deveria ter um degrau rebaixado para que as embarcações lúdicas, caiaques, que têm na Freguesia, ou até desporto de remo, de forma a permitir o acesso ao rio em segurança, assim como solicitou permissão para atracar barcos que fazem os passeios turísticos no rio e não foi tido em conta, tendo-lhe sido dito que “se calhar se fizerem um requerimento, podem depois vir a atracar ali e já se vê as condições.” Considera que não são condições e que se deverá mudar o regulamento, ou mudar qualquer coisa para que isso seja possível, e contemplar o atracamento de barcos de recreio, mas também a infraestrutura não o permite. Em todo este procedimento houve uma atitude demasiado interiorizada de alguns e é pena porque o investimento foi feito, numa estrutura com limitações. Quando se investe dever-se-á investir bem, é isto que se exige aos órgãos autárquicos. Na Freguesia há desportistas de remo medalhados a nível nacional e internacional e que curiosamente estão a praticar a sua atividade desportiva em Viana do Castelo. \_\_\_\_\_

Por último, questionou quais foram os critérios adotados para que a feira municipal não fosse retomada quando a feira mensal da freguesia de Cerdal já o foi. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Cláudia Moreira** referiu que à semelhança dos seus camaradas as suas questões também não foram completamente respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara e que não duvidam da informação que o Sr Presidente lhes transmitiu, até porque, aliás, ela é concordante com a que veio a ser transmitida também nas Assembleias Municipais sobre o mesmo assunto do edifício para a residência. Mas a questão vai mais além de saberem que está a haver um processo. Importa perceber se as burocracias vão ser ultrapassadas num curto espaço temporal ou, caso assim não seja, não se afigure possível, se o Sr Presidente equaciona alguma alternativa espacial para a resolução do problema. \_\_\_\_\_

Relativamente aos semáforos, mencionou que não sendo a reparação uma responsabilidade direta do Município, talvez seja o momento então de equacionar contratar uma nova empresa que responda mais rapidamente às necessidades do Município, de forma a evitar o prolongamento do problema no tempo. \_

- **o Membro Sra Inês Ferreira**, relativamente à demasiada exposição a um determinado setor industrial em Valença, para um eventual desastre local, entende que é um problema transversal ao mundo, especialmente para quem apostou nas exportações e que, portanto, precisam do mercado externo para que o crescimento económico se processe. Não se trata de um problema só de Valença e de estabelecer medidas a nível local mas sim a nível nacional e no contexto da União Europeia. \_\_\_\_\_

Congratulou-se com o facto de a obra da escola sede do Agrupamento Muralhas do Minho estar em franco progresso e perguntou se no início do próximo ano letivo, a Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho já terá novas instalações e se o ano escolar iria começar no dia 1 de setembro com a segunda fase dos exames nacionais. \_\_\_\_\_

Relativamente às árvores na fortaleza, referiu que houve um projeto assinado por arquiteto de nome “Souto Moura” que esteve em discussão pública e qualquer edificação que esteja no perímetro de proteção da fortaleza que pretenda fazer alguma alteração tem que ter autorização especial, e não dúvida que o IPPAR se tenha pronunciado sobre as obras de requalificação da fortaleza. Portanto, questionou se naquela altura o IPPAR condicionou e se o Arq. Souto Moura, a propósito da polémica e de não querer ser assassino do património, se documentou e informou tecnicamente se havia ou não um problema, porque não é agora que a informação de veria chegar quando já se está a implementar o projeto. \_\_\_\_\_

Relativamente ao mencionado pela sua colega Cláudia Labrujó, referiu que o mundo inteiro vai ter um buraco grande nas suas receitas e como é óbvio ao isentar, menor volume de receitas entrará nos cofres deste Município e refletir-se-á nas contas de 2020. \_\_\_\_\_

Relativamente ao lixo congratulou-me com o aumento de número de contentores e de ecopontos. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que começou por dizer ao membro Sra Inês Ferreira que as obras da escola estão em bom ritmo e foi colocado um pedido de prorrogação de prazo de obra, justificada com restrições provocadas pelo COVID-19. Está confiante de que, em setembro, pelo menos, parte da escola já esteja apta a funcionar. \_\_\_\_\_

Seguidamente, confirmou o aumento significativo de ecopontos e que se continuará a sensibilizar a população. Esteve numa reunião da Valorminho e Valença é o segundo Concelho com maior reciclagem de lixo. Quanta maior for a reciclagem menos constrangimentos surgem nos contentores dos indiferenciados, reduzindo a despesa devida pelo depósito em aterro. \_\_\_\_\_

Em relação ao processo da residência de estudantes desafiou o membro Sra Cláudia Moreira e os restantes membros a formar uma equipa para agilizar este processo. No que concerne aos semáforos referiu-lhe que, infelizmente, na zona norte só há duas empresas que tratam de reparação de semáforos. O investimento foi feito para funcionar e diminuir drasticamente a perigosidade de acidentes naquelas zonas e não, como é óbvio, para estarem avariados. \_\_\_\_\_

Informou o Membro Sr. António Dias que a reabertura da feira municipal depende de decisão da Câmara Municipal e o funcionamento da feira de Cerdal é da competência Junta de Freguesia de Cerdal. Acredita que a sua não realização esteja subjacente à compensação em termos de receitas e de despesas com medidas de saúde pública que teriam que implementar no âmbito da pandemia do Covid 19, inclusivamente pela configuração do espaço. \_\_\_\_\_

Quanto ao cais de embarcação de São Pedro da Torre, assim como todas as restantes plataformas que estão em cima do Rio Minho obedecem a regras marítimas emanadas desde a Capitania do Porto de Caminha ou da Polícia Marítima. Não foi concebido para passeios turísticos, mas para atracarem embarcações de pesca artesanal. \_\_\_\_\_

Candidaturas das escolas, neste momento a primeira candidatura lançada é para a substituição das placas de fibrocimento. Todas as verbas que estão nas candidaturas encaixam na obra da E.B. 2/3 que está a ser executada e, neste momento, tem hipótese de as executar a 100%. Quanto à questão colocada sobre se existiram fundos para o parque ribeirinho mencionou que todas as candidaturas que abrem a nível de CIM são redistribuídas pelos 10 Municípios e o Município absorverá todas as candidaturas mesmo que para o efeito tenha que solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratualização de mais um empréstimo bancário. Quanto ao projeto do parque de lazer em S. Pedro da Torre, voltou a referir que o Sr. António Dias era membro da Assembleia de Freguesia quando o mesmo foi aprovado na Assembleia de Freguesia de São Pedro da Torre e enquanto tal deveria ter feitos os reparos na sua devida altura. Quanto à Luz pública, lamentou a afirmação feita pelo Sr. António Dias, porque primeiro ouve os Presidente de Junta e depois é que age em conformidade e não mandou pôr nenhum ponto de luz em São Pedro da Torre sem a autorização ou sem o pedido do Sr. Presidente de Junta. \_\_\_\_\_

No que concerne à recolha do lixo, o Município tem estado atento a esta situação e ao depósito daquilo que era feito nos monstros, tomou as diligências que achou por convenientes junto da prestadora do serviço e já existem melhorias significativas e reforçaram o números contentores. \_\_\_\_\_

Quanto à luz da Gaviarra já mencionou na última Assembleia Municipal e volta a referir que existe uma aplicação para telemóvel de comunicação de avarias ao prestador de serviço. O próprio tem, por sistema, o hábito de percorrer o concelho e reportar as avarias existentes. \_\_\_\_\_

Quanto à qualidade de emprego, mencionou ao Sr. Óscar Silva que Valença tem emprego de qualidade, que se verifica em algumas empresas, por exemplo a “MA” totalmente robotizada, assim como a “TRIMAR” e “Informoldes” a maior parte da mão-de-obra são engenheiros. \_\_\_\_\_

A propósito das pereiras bravas mencionou que não são as nove pereiras bravas que tiram a visibilidade à muralha porque, a pensar assim, teriam que olhar para os plátanos da Avenida de Espanha e para as acácias no talude da muralha na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. Está mais preocupado com uma árvore da espécie invasora, uma austrália, que está na coroadá, numa canhoneira da coroadá, e que tem uma altura considerável e está seca, e que não tem quem, neste momento, proceda ao serviço de remoção, porque a localização é de difícil acesso. Frisou mais uma vez que neste assunto não existem caprichos, o Arq. Souto Moura deixou ao critério do Município. \_\_\_\_\_

Relativamente à previsão de iniciação da obra de requalificação da EN 101, referiu que o Sr. Exm<sup>o</sup>. Ministro das Infraestruturas, em Paredes de Coura, aquando da adjudicação da obra do nó de Sapardos a Formariz, garantiu-lhe que a requalificação e a pavimentação arrancaria no segundo semestre deste ano. A propósito de obras, não estão previstas nesta fase obras no antigo Campo da Feira. A ecopista “ Veigas do Minho”, como está na área territorial dos Srs Presidente de Junta de Valença, Cristelo Côvo e Arão e de Verdoejo passará para o domínio destes em termos de limpeza e manutenção. Em relação à ecopista Valença-Monção, o Município vai proceder à manutenção do troço, sendo que a madeira existente nos acessos a veículos motorizados não se vai colocar, porque dificultar a passagem de ciclomotores. Na Senhora da Cabeça, a ecopista sofreu uma intervenção há pouco tempo em termos de madeira e de carpintaria. \_\_\_\_\_

Proseguindo, respondeu à Sra. Cláudia Labrujó que o Município atribuiu um subsídio à Junta de Freguesia de Boivão para aquisição de dois rústicos para ampliação do largo em frente à Igreja. \_\_\_\_\_

Quanto ao Cemitério Municipal, estão concluídas as obras da primeira fase e em vias de conclusão a segunda. Projeto que contempla a remodelação do cemitério, a Avenida da Juventude e a casa mortuária, ou seja toda a zona envolvente ao cemitério será requalificada. \_\_\_\_\_

Quanto ao pontão para embarcações em Valença, informou que todos os pontões que foram construídos foi ao abrigo de candidaturas, umas da PROMAR e outras da POSEUR. Estarão atentos, até porque uma das candidaturas, a da PROMAR, por incrível que pareça só chega à ponte internacional, foi alargada e conseguiram encaixar o pontão de embarcações para São Pedro da Torre ao abrigo dessa candidatura e o cais de Ganfei para recreio. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, o Sr. **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. Francisco Romeu, Cláudia Moreira, José Nogueira, Inês Ferreira, tendo os restantes prescindido. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. Francisco Romeu** explicou melhor que existe falta de iluminação em metade da Calçada de Gaviarra, sendo que a luz pública inclusivamente no intramuros está muito bem. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sra Cláudia Moreira** mencionou que depois do convite do Sr Presidente da Câmara não podia deixar de responder, achava-se até ao dia de hoje uma pessoa clara na forma como se expressava, no entanto após ter colocado, ao Sr. Presidente da Câmara, a mesma pergunta duas vezes de forma distinta, na esperança de que a segunda fosse mais clara, ficou sem resposta. Relativamente ao convite para participar no projeto, mencionou-lhe que se o Sr. Presidente da Câmara entender que o Município precisa de ajuda externa, nomeadamente da sua, para solucionar o problema, mencionou que como boa valenciana e membro da Assembleia poderá contactá-la que participará e fará o melhor esforço em representação de Valença. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr José Nogueira** começou pelas palavras da Cláudia Moreira e espera que essa comissão dependa diretamente do Presidente da Câmara, porque se efetivamente depender da Assembleia Municipal, é para esquecer, não trabalha, nem reúne. \_\_\_\_\_



A propósito das obras de requalificação e das pereiras bravas, usou paralelismo, quando referiu que uma autoestrada com uma curva que se revela perigosa onde há acidentes ou há o risco de ocorrer acidentes, vão manter porque o projetista é de renome ou vão modificá-la e adaptá-la ao necessário. \_\_\_\_\_

Seguidamente, falou de um assunto de extrema importância e socorreu-se de extratos do Público, designadamente na semana política de José Almeida que diz *“Há em Portugal uma massa imensa de pessoas que vivem à margem dos mecanismos do Estado, dependem para sobreviver de uma rede de economia paralela à qual agora se chama informal. Trabalhadores que estão num patamar ainda mais baixo dos que os trabalhadores precários e ainda mais do que os que agora foram empurrados para lay-off. Vivem do trabalho fortuito, de biscates, de ganchos, da vontade arbitrária dos empregadores, muitos dos quais até estão legalizados, mas que recorrem a esquemas paralelos para fugir ao Fisco e à Segurança Social.”* e de Isabel Jonet, Presidente da Federação Portuguesa dos Bancos de Alimentos Contra a Fome que diz que *“Em Portugal, há 1.000.000 de pessoas que vivem com menos de 250,00€ por mês e 2.000.000 que vivem com menos de 450,00€ por mês. Agora houve muitos que ficaram com zero.”*, assim como uma professora catedrática de ética, M. Patrão Neves diz *“Esta vaga de fome, esta pandemia de pobreza avoluma a vaga de segregação e gera uma pandemia de desigualdades, porque os pobres são sempre outros e estes diferentes tornam-se mais desiguais.”* que conclui *“É verdade que o coronavírus é democrático e não diferencia entre género ou classe, etnia ou nacionalidade, a pandemia sanitária é igualitária, as pandemias económica e social, porém, não, elas são discriminatórias afetando mais os que já estavam pior. É tempo de ir percebendo que a natureza material de uns empobrece moralmente todos e que a desigualdade de alguns desintegra a da comunidade de todos e no progresso desta pandemia da pobreza e da desigualdade ecoa aquela metáfora de que estamos todos na mesma tempestade, todos nos mesmo mar, mas em embarcações diferentes, sendo que alguns já só têm a cabeça à tona de água e sem colete de salvação.”* \_\_\_\_\_

Em suma, questionou quantas famílias deste Concelho necessitaram de ajuda na fase de confinamento, quais os pedidos e atos praticados pela Câmara Municipal de Valença para colmatar, assim como quantas continuam a necessitar de ajuda e o que é que a Câmara Municipal de Valença tenciona fazer a mais do que fez para colmatar o decorrente das desigualdades económico-sociais. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Inês Ferreira** começou pela pobreza e a fome em Valença, já há uns anos atrás, foi criado primeiro um departamento da paróquia, e depois um Núcleo da Cáritas Diocesana, pela necessidade de definir um conjunto de apoios às famílias mais carenciadas. Nos últimos anos, a Câmara Municipal estabeleceu um protocolo com o mencionado Núcleo, do qual a própria faz parte, para atribuição de um subsídio anual para que em conjunto possam responder a situações dessa natureza e que têm surgido, nomeadamente pagamento de água, luz, rendas, medicamentos, propinas para estudantes, já antes pandemia oftalmologia, consultas, tratamentos, etc. São prestadas contas ao Município e no ano de 2019 verificou uma necessidade maior no recurso a estes apoios, que sem o apoio do Município seria impossível ajudar. Para este ano, tendo em conta a situação de pandemia que estamos a viver, a Câmara já decidiu aumentar essa verba. Seguidamente, apelou a uma atenção redobrada e discreta dos Srs Presidentes de Junta para situações de famílias que, por vergonha, não solicitam ajuda. Trabalham em rede e de forma articulada com a ação social da Câmara e agilizam a ajuda imediata. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara Municipal** que referiu que reforçaram a loja social e as refeições nas cantinas escolares, alargaram ao escalão A e ao escalão B todas as crianças que o solicitaram, sendo que o número de famílias ajudadas rondou uma centena. No entanto, considera que numa situação desta poderão existir abusos por parte de quem, por natureza, já vive de apoios, pelo que reforçou o cumprimento de todos os parâmetros para atribuição desse apoio e que estão atentos a estas situações. No futuro, irão continuar a fornecer alimentação no período pós-escolar àquelas pessoas que o solicitarem e necessitarem, não obstante mencionar que neste Concelho, neste momento, não se pode falar de vaga de fome. Todos os processos são objeto de informação social e durante este período da pandemia do COVID-19 aos Municípios foi-lhes incumbidas responsabilidades do Governo, designadamente, as EPI's, em que os profissionais de saúde, as forças de segurança, os Bombeiros não tinham fatos, viseiras, máscaras, luvas, e fez um reconhecimento geral a todas aquelas pessoas que pediram anonimato e que fizeram chegar à Câmara esse material para distribuir aos profissionais de saúde, aos Bombeiros Voluntários, à Santa Casa da Misericórdia, à Cruz Vermelha, mediante as disponibilidades e até à data nem sequer foram questionados pelo Governo das despesas. O Governo preocupou-se com o ensino à distância, mas não se preocupou se existiam meios para os alunos assistir às aulas e para os professores as proporcionarem. O Município disponibilizou tudo quanto o Governo não fez e em articulação com os Presidente de Junta, Sra Vereadora da Educação, Ação Social e com algum particular, os meios chegaram à mão dos alunos. Também existiu o cenário dos alunos que achavam que estavam de férias e que apesar dos meios não precisavam de ensino. \_\_\_\_\_

Evidentemente que todos os apoios e isenções que o Município atribuiu no âmbito das medidas de emergência nacional durante esta fase atípica, irão ter o reverso da medalha e criarão um buraco financeiro significativo, porque as receitas vão diminuir drasticamente e os custos aumentar significativamente. Muitas das medidas que o Governo deveria implementar e suportar, foram alavancadas nos Municípios, contudo acredita que venha a abrir alguma candidatura ou programa para fazer face a essas despesas. No entanto, a Ministra da Coesão, há dias, comunicou na reunião da CIM que nem todas as despesas dos Municípios podiam ser inseridas ao abrigo do COVID-19, inclusivamente que alguns Presidentes de Câmara utilizaram fundos desnecessários ao contratualizar prestadoras de serviços de testes. Fez um agradecimento a todas as pessoas que fizeram chegar equipamentos à Câmara, que foram na ordem das centenas de equipamentos, desde a EDP, porque não me pediu privacidade da publicação do nome às empresas do nosso Concelho, passando por particulares que pediram anonimato, pelo grande contributo nesta fase. \_\_\_\_\_

Em relação aos processos judiciais, começou pelo número 2 trata-se de uma ação das Águas do Noroeste, S.A. contra o Município em que solicita o pagamento do valor de € 81.477,84, acrescida de juros vincendos. Processo em que o Município interpôs recurso e obteve provimento. A Autora interpôs novo recurso para dirimir o conflito negativo de competências que se verifica no processo, sendo que foi proferido Acórdão pelo Tribunal de Conflitos declarando a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, tal como o Município desde sempre sustentou. Em consequência, o processo foi remetido para o TAF de Braga, onde se encontra pendente a aguardar marcação de audiência prévia. É

um processo que se arrasta desde 2013, para o qual já houve acordo aquando da adesão das Águas do Alto Minho para todos estes processos que existiam em todos os Municípios. Em relação ao processo judicial nº 9 é uma ação do Sr. Rui Alberto Correia Lopes de Oliveira contra o Município para retirar os contadores de água do local onde se encontram instalados no prédio de Ana Maria Alves Viana Rodrigues, estando a aguardar sentença. No processo nº 12 o autor é a Sra. Áurea Esteves Vieira – Cabeça de Casal da Herança que pede declaração do reconhecimento da propriedade sobre 2 prédios sitos em Verdoejo; pedido de reconhecimento desse direito; pedido de reconhecimentos dos “caminhos de voltas” que servem esses prédios e à reconstituição desses caminhos tal como se encontravam anteriormente às obras levadas a efeito pelo Município na zona; pedido de indemnização de € 1.500,00 acrescido de juros de mora à taxa legal. Aguarda marcação de audiência prévia. \_\_\_\_\_

Em relação à Ponte Pedonal da Ponte Seca, informou que irá ser colocada os próximos dias sendo que para o efeito será necessário cortar o trânsito na zona. A ponte cumpre com a inclinação que está prevista no regulamento de acessos a cadeiras de rodas e a deficientes. Terá uma estrutura de ferro, parte em madeira e laterais em acrílico para visibilidade das pessoas. \_\_\_\_\_

Em relação ao afastamento do Fortim de Gandra à estrada, aquando da construção da estrada junto à empresa “Lear” tiveram alguns entraves, porque do seu bico mais próximo, qualquer construção, tem de estar afastada 30 metros. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, a Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento das informações a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de março e 31 de maio de 2020, assim como, da Listagem dos processos judiciais pendentes em 15/04/2020 e 19/06/2020 e o estado dos mesmos; do ponto de situação de empreitadas e projetos de 01/02/2020 a 19/06/2020; dos compromissos plurianuais assumidos entre 01/01/2020 a 17/06/2020 e do apoio às freguesias entre 01/07/2019 a 31/12/2019. \_\_\_\_\_

**PONTO 3º – RELVADO SINTÉTICO – CLUBE DE CAÇADORES “OS TORREENSES – COMPROMISSO PLURIANUAL**

**PONTO 4º – PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA ESCOLA PRIMÁRIA E RUA DO CORGO – VALENÇA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições aos pontos supra referidos constantes da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Óscar Silva, António Dias, Paula Natal, Jorge Moura e Maria Ferreira. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Cláudia Labrujó** referiu que iria votar a favor do compromisso plurianual para o campo sintético do “Clube Torreenses”, questionando apenas se os autos de medição acompanhavam as *tranches* do subsídio. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Fernanda Sousa** mencionou que apesar de a pavimentação da Rua do Corgo e Escola Primária constar na relação de empreitadas da Câmara Municipal trata-se de uma obra da Junta de

Freguesia, obra ansiada há muitos anos, para a qual foi necessário solicitar a colaboração da Câmara por ser de grande envergadura e ultrapassar as disponibilidades financeiras da Junta de Freguesia. Com certeza que o Sr Presidente da Câmara falará de como foi administrado o subsídio que mais não é do que ao abrigo de um protocolo que existe entre o Município e as Freguesias. Salientou ainda que é uma obra da qual a Junta de Freguesia se orgulha por estar muito bem executada que se deve também ao reconhecido empenho e contributos do responsável da Junta de Freguesia pelo acompanhamento da obra, Sr. Carlos Esteves. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Óscar Silva** mencionou que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar a favor da atribuição do subsídio para pavimentação da Rua da Escola Primária e da Rua do Corgo, porque para além de ser a principal e mais concorrida ligação entre as antigas Freguesias de Arão e Cristelo Covo e uma das reivindicações mais antigas das populações de ambas as Freguesias e porque a segurança e melhoria das vias de comunicação e de circulação deve ser uma prioridade do poder local ao serviço das populações. Felicitou a Sra Presidente da Junta da União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, Fernanda Sousa, pela concretização da obra e todos aqueles que no poder ou na oposição pugnaram ao longo de todos estes anos por cumprir aquilo que era um dos maiores anseios das populações de Arão e Cristelo Covo, relativamente à pavimentação desta rua. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. António Dias**, quanto ao desafio lançado pela Deputada Inês aos Srs Presidente de Junta no que concerne à atenção redobrada em relação a questões sociais, mencionou que São Pedro da Torre deve ter sido uma das primeiras a comunicar situações de pessoas, que nesta fase atípica, estão a atravessar dificuldades financeiras e que numa primeira fase lhe foi dito pelos serviços de Ação Social do Município, para o qual foi direcionado, que não havia condições nem meios para apoiar. Perante isto, a Junta de Freguesia procedeu a uma campanha de angariação de bens para apoiar várias famílias de São Pedro da Torre nas suas necessidades primárias, tendo-se disponibilizado para colaborar noutras dimensões. Agradeceu já a várias instituições, empresas comerciais que os apoiaram, assim como aos membros do Executivo da sua Freguesia que também se disponibilizaram e continuam a disponibilizar financeiramente para comprar bens necessários, muitas vezes objeto de críticas, mas de críticas fruto de politiquices. Pessoalmente é um benfeitor do Banco Alimentar Contra a Fome. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, em relação aos pontos em apreço, para além do que já foi dito pelo seu colega Óscar Silva, referiu que o sintético de São Pedro da Torre só peca por tardio. Já enviou um email ao Sr. Presidente da Câmara a referir que em São Pedro da Torre deve nascer um centro desportivo e requalificada a questão do investimento para faseado e programado a 10 ou 15 anos, porque Valença tem clubes desportivos, por exemplo o Sport Clube Valenciano que está bem estruturado, a norte temos a União Desportiva Friestensee a sul o Clube dos Torreenses. Deveria ser feito esse esforço e até em termos técnicos financeiros deveria de haver outro envolvimento também por parte do Município, porque tal como está montado o quadro financeiro, no futuro, poderá haver alguns constrangimentos a nível de tesouraria até eventualmente para o próprio clube. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Inês Ferreira** mencionou que apenas quis sensibilizar os Srs. Presidentes de Junta para estarem atentos a situações carenciadas. A propósito da intervenção do seu antecessor no que concerne à resposta obtida para estas situações, solicitou que indicasse quem lhe tinha feito chegar a informação que não existiam meios. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Paula Natal**, relativamente à atribuição de subsídio para a repavimentação da Rua do Corgo e da Rua da Escola Primária, mencionou estar grata e louva a atitude do Município pela atribuição do merecido apoio financeiro à União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão. Obra absolutamente necessária pelo facto de ser também a artéria principal e bastante degradada a unir as duas Freguesias de Cristelo Covo e Arão e de acesso ao jardim de infância e escola primária, ansiada desde 2003 pelo grupo de pais da altura, tal como outras obras que foram realizadas, como a ampliação da cantina, da sala de refeições, do jardim de infância e ainda o pavilhão polidesportivo. Falou inúmeras vezes neste órgão sobre este assunto e finalmente é uma realidade. As ruas ficaram mais seguras também pelo cuidado que houve na colocação das lombas junto à escola e pela organização do estacionamento. Pode também constatar, por razões óbvias, a qualidade das infraestruturas da obra, assim como que o prazo de execução decorreu dentro da normalidade e com boa programação. Decorridos 17 anos, pode dizer-se “Mais vale tarde do que nunca” e agradeceu a atitude em nome de todos os que usufruem da valorização em apreço. \_\_\_\_\_

- **O Membro Jorge Moura** referiu que a política que tem vindo a ser seguida por esta Câmara Municipal há algum tempo que se insere na valorização e no investimento em equipamentos sociais e desportivos e que se congratulam com o contrato-programa celebrado entre a Câmara Municipal e Clube de Caçadores Torreenses, pelo que iriam votar a favor com um reparo às palavras do Sr Presidente da Junta de São Pedro da Torre, no sentido de que efetivamente os investimentos, as valorizações dos equipamentos são bem-vindas, assim como criar condições aos atletas e às populações mais jovens é essencial mas tem de ser objeto de muita ponderação, visibilidade e contenção, porque fazer obras muitas vezes é relativamente fácil, mas a sustentabilidade dos equipamentos muitas das vezes poderá constituir um problema. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara Municipal** que começou por responder ao Membro Sra Cláudia Labrujó no que concerne faturas e autos de medição da repavimentação da Rua do Corgo e da Rua da Escola Primária da União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, dizendo-lhe que uma fatura tem suporte no auto de medição e que se o procedimento aparece mais do que num auto de medição é porque foi feito de forma faseada. Todos os meses foi feito um auto de medição para a obra em apreço que, por sua vez, deu origem a uma fatura, portanto a obra foi objeto de vários autos de medição, conforme se pode comprovar dos anexos ao ponto em apreço. Todas as obras efetuadas pelas Juntas de Freguesias e participadas pelo Município são vistoriadas pelo engenheiro do Município que procede à verificação dos autos de medição. Não é pelo facto de ter sido reivindicada há uma série de anos que ela foi executado com mais celeridade, mas em função da disponibilidade em termos de tesouraria e da prioridade em termos de investimentos. O

Município nesta obra comparticipa 50% do valor da obra e o subsídio está sujeito à aprovação da Assembleia Municipal porque ultrapassa o montante autorizado no apoio às freguesias constante das normas de execução orçamental para o presente ano. \_\_\_\_\_

No que diz respeito ao relvado sintético do Clube de caçadores os Torreenses em São Pedro da Torre, mencionou ao Sr. António Dias que o Clube tem Presidente da Direção para os defender e há dias respondeu-lhe num *email* que iria responder ao Presidente do Clube e assim o fez. O Executivo está atento a tudo o que é juventude, educação, mais desfavorecidos e terceira idade. Quanto mais investimento houver em cativar as massas de juventude maior ocupação se lhes poderá proporcionar, quer seja em períodos de férias, fins de semana ou até mesmo fim de dia letivo. Este equipamento é o segundo sintético apoiado pelo Município, o primeiro foi o do Sport Clube Valenciano, e o segundo está a ser o do Torreenses e a linha de orientação tem sido em função do número de atletas e dos escalões que lá estão inscritos. O Município reuniu com a Direção e sabe que para além do apoio municipal também contam com o apoio de entidades particulares sediadas neste Concelho e mais concretamente em São Pedro da Torre, com o Conselho Diretivo dos Baldios e com a Junta de Freguesia. \_\_\_\_\_

Relativamente à construção de mais equipamentos referiu ao Sr. Jorge Moura que a política deste executivo é de dar continuidade à de anteriores, a diversificação em termos desportivos dará mais oportunidade de ocupação e desenvolvimento de capacidades e adequação a uma estilo de vida saudável.

Terminados os esclarecimentos foi aberto o período de inscrições para a **segunda ronda**, tendo-se inscrito o Membro Sra. Fernanda Sousa. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Fernanda Sousa**, relativamente à ajuda prestada às famílias pelas Juntas de Freguesia nesta fase atípica, mencionou que não é exclusivo de algumas Juntas nem de alguns particulares. Também deu todo o apoio que era possível quer às pessoas com mais idade que não tinham suporte familiar e que precisavam de ser acompanhados, quer em idas à farmácia, em idas ao hospital, assim como na área alimentar também tem sido proporcionada. Contactou a Direção da Cáritas e um grupo de valencianos que também angariaram géneros para distribuir. \_\_\_\_\_

Seguidamente, o Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista avocou o tempo dos Membros Srs. Óscar Silva e António Dias, tendo-lhe sido dada a palavra. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira** mencionou que iriam votar favoravelmente os dois pontos em apreço e referiu que não é proibido ter opinião, ninguém pode ser condenado por delito de opiniões e a mensagem que o Sr. Presidente da Junta de S. Pedro da Torre passou é que queria um complexo desportivo e não um sintético, enquanto que o Sr. Presidente da Câmara acha que só deve falar com o Presidente do Clube os Caçadores Torreenses, no entanto, acabou por dizer que também estes contam com o apoio das empresas e Junta de Freguesia. Portanto, não deve sectarizar o problema, deve conversar com todas as pessoas, nomeadamente com a Junta de Freguesia. Um complexo desportivo é muito mais que um campo e não fica mal a ninguém ansiar mais e defender os interesses de Valença e dos valencianos. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções como o Sr. **Presidente da Câmara Municipal** não teve nada a acrescentar, passou-se à votação dos pontos **PONTO 3 – RELVADO SINTÉTICO – CLUBE DE CAÇADORES – OS TORREENSES – COMPROMISSO PLURIANUAL**. A Assembleia Municipal, num universo de **25 (vinte e cinco)** Membros aprovou, **por unanimidade**, o compromisso plurianual de acordo com estabelecido contrato programa de desenvolvimento desportivo no âmbito da comparticipação financeira de 225.000€ (duzentos e vinte e cinco mil euros), para a realização de obras no campo de futebol do clube\_ relvado sintético, que será disponibilizada, em datas a acordar entre as partes, da seguinte forma: \_\_\_\_\_

- A quantia de 56.250€ (cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta euros) em 2020; \_\_\_\_\_
- A quantia de 56.250€ (cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta euros) em 2021; \_\_\_\_\_
- A quantia de 56.250€ (cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta euros) em 2022; \_\_\_\_\_
- A quantia de 56.250€ (cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta euros) em 2023. \_\_\_\_\_

**PONTO 4 – PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA ESCOLA PRIMÁRIA E RUA DO CORGO – VALENÇA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO**. No seguimento do ofício n.º 2020/32 da União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, objeto de proposta aprovada na reunião de Câmara Municipal realizada no dia 30 de abril para atribuição de um subsídio destinado à comparticipação das obras de pavimentação e alargamento da Rua da Escola Primária e Rua do Corgo, a Assembleia Municipal, num universo de **25 (vinte e cinco)** Membros aprovou, **por unanimidade**, a concessão de um subsídio correspondente a 50% do total das respetivas faturas no montante de 72.147,58€ (setenta e dois mil cento e quarenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos). \_\_\_\_\_

**PONTO 5º – PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2020** \_\_\_\_\_

**PONTO 6º – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2019** \_\_\_\_\_

**PONTO 7º – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO DE 2019** \_\_\_\_\_

O Sr. Presidente procedeu à abertura de inscrições aos pontos em apreço, tendo-se inscrito os Membros Srs. Inês Ferreira, Alberto Vilas, António Dias. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sr. António Dias** mencionou que, após olhar para o documento – 1.ª revisão orçamental 2020 - ficou com alguma apreensão e mesmo preocupado com a situação que se avizinha. Analisado o documento verifica que, no mesmo, estão verbas referentes à COVID-19, a valores que foram transferidos para a AdAM, a título de compensações, e como todos sabem, considera o negócio da água como ruinoso, por isso não pode pactuar com a situação. Também não concorda que as associações, independentemente do trabalho que façam e por muito mérito que tenham, que recebam mais que as Juntas de Freguesia que têm como competência administrar os territórios e são quem melhor redistribuem o rendimento da freguesia. \_\_\_\_\_

Disse ainda, em relação às receitas que terão sido fruto de um negócio havido em 2016 com a Águas do Norte, a que se refere a página 41 do relatório de gestão e contas de 2019, que o Sr. Presidente da Câmara o esclarecesse que compensações foram essas. Em relação ao passivo disse que, na rubrica dos financeiros, o passivo subiu 145.000€ (cento e quarenta e cinco mil euros), no entanto o mais

preocupante é quando se chega à conta dos custos diferidos, na qual há um aumento brutal na ordem dos 878.000€ (oitocentos e setenta e oito mil euros) e onde começa a residir a preocupação. Quanto à Interminho solicitou informação quanto à situação da empresa e não lhe foi fornecida e queria saber se ainda tem ativos, ou não, quando foram vendidos, qual o valor de venda, pois no relatório nada diz e, portanto, quer perceber de que forma isso está refletido no balanço. Relembrou que, já em 2019, pediu esses elementos e agora volta a pedir. Em relação à ação social tem um valor de 131.000€ (centos e trinta e um mil euros), o que representa 0,8% do orçamento e por isso, atendendo aquilo que se avizinha, solicitou que essa verba fosse reforçada. Quanto às obras realizadas na ecovia de Ganfei, danificada pelas intempéries, perguntou se a obra foi financiada e se sim, se ainda tinha garantia e quem é que arcou com as responsabilidades financeiras das obras de reparação. Referindo-se ao Agrupamento de Escolas perguntou quantos pavilhões vão ser intervencionados, pois está a falar-se de uma verba considerável que foi alocada às obras e, pelas reuniões de câmara, já se aperceberam que uma verba de 180.000€ (cento e oitenta mil euros) foi gasta numa portaria. \_\_\_\_\_

Pela análise do documento verifica que há um certo melhoramento em algumas receitas que teve a ver com a conjuntura vivida em 2009, nomeadamente, no que se refere à parte imobiliária, mas que em 2020 vai ocorrer o oposto. Nessa altura o passivo do Município já era de 3 milhões, agora é de três milhões e oitocentos mil euros. As dívidas a médio e longo prazo também se agravaram, pela falta das receitas da água. No fornecimento de serviços externos existe um aumento na ordem dos 500.000€ (quinhentos mil euros) e nos custos com o pessoal 400.000€ (quatrocentos mil euros), o que significa que o endividamento vai crescendo de forma importante e que neste período de 10 anos, as taxas que os municípios pagam ao Município aumentaram na ordem dos dois milhões e meio de euros, pelo que perguntou em dez anos em que é que foi aplicado o dinheiro, porque não se consegue ter uma visão do que foi feito. Vêm-se muitas obras avulsas, mas nada de dimensão. \_\_\_\_\_

- O Membro **Sra. Inês Ferreira** começou por dizer que o relatório de gestão e contas de 2019 tem 155 folhas. Segue-se-lhe notas ao processo orçamental e respetiva execução com 32 folhas. Outros documentos, no total de 69 folhas. Mapas de acompanhamento e monitorização do plano de ajustamento financeiro com seis folhas. Se somarmos estes números, dará, e se eu não me enganei, 262 folhas. O que significa 524 páginas. Muito foi necessário ler e analisar. Supõe que alguns dos membros da Assembleia não tenham lido o documento e que se calhar, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre não deve ter lido o documento todo, porque se o tivesse feito, tinha visto que dívidas a terceiros diminuíram na ordem dos 23,43%, as disponibilidades aumentaram em 11,25% e o património aumentou em 168,67%. O ativo do Município cresceu 2,2 milhões de euros. Nenhum proveito do Município diminuiu em 2019. Portanto, não lhe parece que a situação esteja assim tão dramática. Disse quer em relação à declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Veiga na reunião de Câmara quer em relação às palavras proferidas pela Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre, que não devem conhecer o trabalho das associações e procedeu à leitura de parte da declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Veiga *“os protocolos com as associações culturais e desportivas do Concelho correspondem a um valor significativamente maior do que aquele que é transferido para as Juntas de Freguesia, mantendo*



*assim o Executivo uma política centralista, autoritária, querendo controlar todas as instituições do Concelho.*” Continuou dizendo que, na qualidade de Presidente da Direção de uma Associação, considera essa afirmação uma aberração, uma total falta de conhecimento das relações que se estabelecem entre a Autarquia e as Associações. Nunca, na Associação a que pertence, sentiram que o Município quisesse controlar a atividade. Sentem, isso sim, tal como as restantes associações, o apoio financeiro e logístico que precisam, que era algo que em executivos anteriores a 2009 não sentiam. Todos os anos, é-lhe solicitado um relatório da atividade do ano anterior e um plano para o ano seguinte e respetivo orçamento, para justificar como é gasto o dinheiro público. Continuou dizendo que o associativismo mantém vivas as tradições, cria oportunidades da prática do desporto e, em regime de voluntariado, presta serviços à comunidade. Disse supor que não tenham contabilizado, nas verbas que vão para as Freguesias, as verbas que a Câmara transfere ou assume nas grandes obras que são feitas nas Freguesias. Referiu que este é um relatório de gestão e de contas que espelha as decisões políticas que foram sendo tomadas ao longo de 2019. É um documento elaborado por técnicos superiores competentes e, portanto, o que se vai discutir nestas sessões, como já referiu muitas vezes, são as opções políticas. Acredita que outros fariam diferente. Mas é esta a equipa que foi eleita e é esta a responsável pela utilização dos dinheiros públicos em prol dos munícipes que representam. \_\_\_\_\_

Ao dizer-se na declaração de voto que *“Este documento evidencia muito pouco cuidado com o que foi feito”*, está a colocar em causa a competência dos funcionários da Câmara responsáveis por elaborar este relatório e por toda a contabilidade do Município. E isso não parece justo nem muito menos correto. Este documento é fruto de muitas horas de trabalho, não só ao longo do ano, como na parte final para apresentar os documentos agora em discussão. Louva o trabalho destes funcionários e que cabe ao Tribunal de Contas aprovar tecnicamente o documento em apreço e não à Assembleia Municipal. Na declaração e voto do Sr. Vereador Vítor Veiga diz, ainda, que foram encontradas inúmeras imprecisões, porém, não refere quais e, que o Município está estagnado e que é só uma página que aparece no relatório com as grandes atividades que o Município desenvolveu. \_\_\_\_\_

Prosseguindo e agora versando a sua intervenção na leitura que fez da documentação, referiu que a taxa de execução da receita corrente foi de cerca de 102%, a taxa de execução da despesa corrente foi de 83%, a taxa de execução da receita total é a maior dos últimos anos e representa 13,54%, sendo que em alguns anos anteriores até foi negativa, a taxa de crescimento da receita total é superior à taxa de crescimento da despesa total. Portanto, a receita total cresceu 13,54% e a despesa total cresceu 12,03%. Continuou explicando que o orçamento da receita apresenta uma taxa de execução da ordem dos 87%, que os impostos diretos aumentaram 248.000,00€, tem uma taxa de execução de 107%. A taxa de execução de bens e serviços foi de 106%, com uma taxa de crescimento de 5%. As transferências correntes representam 38% do total da receita, aumentou 39.000,00€, principalmente à custa do Fundo Social Europeu, resultante da candidatura do School4All, que é um projeto no âmbito da CIM e que, no Agrupamento de Escolas, tem uma psicóloga e uma assistente social que trabalham de forma articulada no sentido de encontrar saídas e soluções para os meninos que têm mais dificuldades, famílias não muito bem estruturadas e outro tipo de problemas. As receitas de capital aumentaram 1,7 milhões de euros, o

que representa 20% do total da receita. A taxa de execução da despesa foi na ordem dos 80%. Em 2019, gastaram 4,1 milhões de euros em obras na renovação da rede viária, a fase 4 da Fortaleza, o Parque Urbano e de Lazer de São Pedro da Torre, a Ecovia da Veiga Norte do Rio Minho, a requalificação da Escola Básica e Secundária do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho, o reforço da rede de distribuição de água em baixa da Freguesia de Cerdal, Friestas, Sanfins e Silva, entre outros. Não é de um Município estagnado. Há um aumento da despesa faturada em cerca de 2.000.000,00€. A despesa faturada normalmente é 1,8 milhões de euros, possivelmente devido ao aumento das aquisições de bens de capital. Não é de bens de despesa corrente, é de despesas de capital, no total de 1,4 milhões. Disse ainda que os proveitos não diminuíram nada, pelo contrário, as vendas e a prestação de serviços apresentam uma taxa de crescimento de 11,57%, nos impostos e taxas, houve uma taxa de crescimento de 5,45%. Relativamente ao peso da despesa da água e do saneamento seria preciso aprofundar, pois, incorpora custos dos anos anteriores.

---

- O Membro **Sr. Alberto Vilas** informou que o que se pretende neste ponto da ordem de trabalhos é a integração do saldo da gerência, ou seja, depois das despesas pagas e da receita, em termos orçamentais, ficaram disponíveis 1.431.000,00€ que transitam para a gerência de 2020. Termos em que lhe parece uma redundância votar contra a integração do saldo de uma gerência no seu orçamento. Continuou dizendo que, naturalmente, o Partido Social Democrata e o seu grupo votará favoravelmente esta revisão orçamental. Relativamente às contas, costuma dizer que estas são o somatório daquilo que foi sendo liquidado ao longo do ano de acordo com as decisões que o Município foi fazendo e de acordo também com as Opções do Plano e o Orçamento apresentado em tempo oportuno à Assembleia Municipal. E, perante as contas de 2019, que foram preparadas no orçamento de 2018, onde foi idealizado aquilo que seria executado no ano seguinte, verifica-se – tal como está espelhado no relatório – a execução na receita foi de quase 87% e na despesa 80%, ou seja, a um ano e tal de distância, foi concretizado quase 90% daquilo que foi idealizado. Disse ser muito importante, porque tomara que todas as instituições, coletivas, sociais, desportivas e municipais, tivesse sempre um cumprimento na ordem dos 90% dos seus orçamentos. E depois, há outro indicador que também é importante, que é o prazo médio de pagamentos. Em 2013, estava em 77 dias; em 2014, estava em 90 dias; em 2015, em 67 dias; em 2016, em 84 dias; em 2017, em 57 dias; em 2018, 38 dias e, em 2019, foi possível o Município pagar aos seus fornecedores numa média de 30 dias, pelo que questionou qual é aquele fornecedor deste Município que não fica satisfeito com este resultado.

---

Em relação a outros indicados, como seja, o endividamento bancário, disse que em 10 anos, o endividamento diminuiu 145.000,00€, apesar dos empréstimos contraídos, que a Assembleia Municipal, foi autorizando nos últimos anos. Em relação às dívidas a terceiros a curto prazo, esclareceu que, presentemente, a Câmara deve 1.400.000,00€ e isso, significa, em 10 anos, a redução de 5.000.000,00€. Quanto ao fundo patrimonial, o Município, neste momento, tem 25,3 milhões, ou seja, aumentou 8.200.000,00€ do seu património, apesar de dever menos, de pagar mais celeremente, ainda consegue aumentar o seu fundo patrimonial em mais de 8.000.000,00€. O Município tem um ativo líquido de 53.000.000,00€ e mais 600.000,00€, ou seja, aumentou 12.000.000,00€, em 10 anos. E tem um resultado

líquido à volta de 1.300.000€ o que, em 10 anos, aumentou, em 1.000.000,00€. Independentemente da cor política, as contas do Município quanto melhor estiverem, melhor estão todos, melhor estão os valencianos e melhor estão as instituições valencianas, independentemente de, politicamente não se concordar com as opções, porque o que está em discussão é um documento que é a súmula de tudo aquilo que foi sendo feito e liquidado ao longo do ano. E, portanto, não há, aqui, opção política. Essa foi no momento do orçamento, nas verbas que foram indicadas no orçamento, naquilo que está descrito no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano. Terminou, dizendo ao Sr. Presidente de Câmara, que esperava que no próximo ano fosse possível apresentar esta conta novamente, mesmo sabendo, que tal não vá ser possível atendendo ao cenário atípico que se vive internacionalmente. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que passou a agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia e deixou um agradecimento à equipa técnica que elaborou o relatório de gestão e contas liderada pelo Dr. Hélder Lopes e à sua equipa, tal como fizera em reunião de Câmara e, para seu espanto, o Sr. Vítor Veiga também elogiou a maneira como foi elaborado o relatório de gestão, porém deve ter-se esquecido que já trazia a declaração de voto escrita e esqueceu-se de eliminar o último parágrafo onde dizia que o documento evidenciava pouco cuidado, tendo inúmeras imprecisões. Continuou, dizendo que confia no técnico que o elaborou, na sua equipa, no ROC e no revisor oficial de contas, que apreciaram o documento e que os mesmos lhe merecem toda a credibilidade, até porque foram todos os elementos desta Assembleia Municipal que aprovaram o ROC em exercício, portanto, é sinal de que se deposita confiança. Disse ainda que, embora o documento pareça relativamente extenso, resume-se simplesmente aos últimos 12 anos de exercício da Câmara Municipal. E que, em termos de receita, a execução foi a maior de todos os tempos, desde 2007 até 2019. \_\_\_\_\_

Em relação ao Sr. António Dias, disse que ouviu atentamente a sua exposição mas que ficou confuso, embora, ache que já percebeu qual o problema. Naturalmente, disse que o Sr. António Dias, deve ter confundido ou misturado as receitas correntes com as receitas de capital, a despesa corrente com a despesa de capital. Pois, só assim é que consegue perceber a sua intervenção. Esclareceu o Sr. António Dias para onde vai o dinheiro que disse não saber para onde vai e enumerou, o centro social, o pontão de embarcações – 100.000€ (cem mil euros), o Torreense, 225.000€ (duzentos e vinte e cinco mil euros), parque de lazer, 250.000€ (duzentos e cinquenta mil euros). Quanto à obra da Escola Muralhas do Minho acrescentou que, caso haja uma candidatura ao abrigo da eficiência energética para substituição da caixilharia de todos os outros pavilhões, fará de tudo para a conseguir. Caso não tenham em tesouraria, virá a este órgão pedir autorização para contrair um empréstimo, pois tudo fará pela educação. \_\_\_\_\_

Em relação às obras de reparação da ecopista informou que foram realizadas pelos funcionários municipais. Acrescentou que a ecovia foi construída segundo os pareceres e as autorizações da ARH e da APA, contrariando muitas das vezes aquilo que se conhece do terreno e aquilo que é o rio. Quanto ao facto de terem aumentado as despesas com o pessoal, disse as medidas adotadas pelo Governo no que se refere à requalificação do pessoal e ao aumento do salário mínimo, que como é óbvio reflete-se nas contas do Município, apesar de considerar que todo o dinheiro que é aplicado em relação ao pessoal é merecido, o trabalho deve ser compensado. Em 2019 a receita foi na ordem dos 86,6% e a despesa nos

80%, a maior dos últimos anos todos os tempos e recordou aos presentes a altura em que as execuções orçamentais rondavam os 40%. O reforço na educação, o aumento das bolsas de estudo, o reforço na iluminação pública, o reforço que o Município fez para deixar a iluminação pública acesa a noite toda, a execução das Grandes Opções do Plano, o investimento na educação, onde foram aplicados 2,6 milhões de euros, não só na escola, porque há muitas despesas que estão associadas à educação, como sejam os transportes escolares, as refeições escolares, as atividades pedagógicas, o apoio ao agrupamento, tudo isso faz parte da educação. Continuou, dizendo que esta é a segunda maior obra do Concelho, que no tempo do Partido Socialista, esteve apregoada e foi notícia de capa do jornal “O Valenciano” e esteve afixada na própria escola, porém, teve que ser este executivo a fazer a candidatura, a deitar mão à obra e a fazer um investimento de 3,2 milhões de euros. Na ação social, no ordenamento do território, na água, as ecovias, a proteção do meio ambiente, a conservação da natureza, em tudo isto foram gastos 512.000,00€ (quinhentos e doze mil euros). Na cultura, no desporto, no recreio, no lazer, no empreendedorismo, no comércio e no turismo, em todas as áreas o Município esteve atento, projetou, pensou e executou. \_\_\_\_\_

No que diz respeito à primeira revisão orçamental, esclareceu que já podia ter utilizado o saldo de gerência, porque ao abrigo da COVID-19, a lei autorizou a utilização do saldo subjacente ao conhecimento da Assembleia. Disse ainda, que como bem sabem, a sessão de abril, é para apresentar o relatório da gestão e contas e, naturalmente, aquilo que se está a fazer na sessão de hoje, é a primeira revisão orçamental e o relatório consolidado. \_\_\_\_\_

Terminados os esclarecimentos, o Sr. Presidente da Assembleia municipal procedeu à abertura do período para inscrições na **segunda ronda**, tendo-se inscrito os Membros Srs. António Dias, Inês Ferreira e Alberto Vilas. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. António Dias** começou por dizer que na sua intervenção anterior nunca disse que estava contra as Associações, o que disse foi que as Juntas de Freguesia deviam receber mais. As Associações estão no terreno, têm a sua própria ação, não tem nada a ver com a vida executiva da Freguesia. São coisas distintas e não se vá criar confusões, pois o Sr. Presidente, é um hábil político e às vezes quer pôr as suas palavras na boca dos outros, mas não é o caso. \_\_\_\_\_

Em relação ao saldo de gerência afirmou que nem tocou no assunto, e assim, uma vez mais, estão aqui a pôr palavras na sua boca que não foram proferidas. Defendeu que, tal como as medidas COVID, o saldo de gerência devia estar à parte. Devia de haver subpontos para serem votados em concreto. Disse que, claro que têm as opções políticas, que os orçamentos e a execução são opções políticas e que nunca colocou em questão quem elaborou o documento. O que está em questão é a execução fruto das opções políticas ao longo deste tempo, ao longo destes 10 anos, desde 2009, até agora. Reafirmou que estava a constatar factos não está de forma alguma contra o pessoal, acrescentando que, acredita, que haverá áreas em que o pessoal será deficitário e noutras em que será excedentário. É uma área sobre a qual não se quer pronunciar. Acrescentou que o que fazem as instituições, sejam elas quais forem, são as pessoas. E, portanto, aqui no Município também, se elas estão cá, é porque fazem falta. \_\_\_\_\_

Quando o Sr Presidente da Câmara diz que diminuíram as dívidas de curto prazo naquela verba importante de 5.1 para 1.4 é verdade, contudo em 2010 receberam 5.185.000,00€, que eram para abater a essas dívidas. Quanto às receitas esclareceu não haver qualquer confusão, que fruto da conjuntura estrutural que existiu entre 2007 e 2019 o Município teve receitas de transações imobiliárias, que foram, crescendo na ordem dos 200 e poucos mil euros, que lhe proporciona uma boa execução, porque a própria vida económica assim o permitiu. Não houve, continuou, qualquer ação concreta do Município para potencializar fosse o que fosse, porque as transações imobiliárias são fruto da própria dinâmica do mercado e da conjuntura socioeconómica que possa existir em cada momento. \_\_\_\_\_

De seguida, perguntou se foram feitos adiantamentos a fornecedores porque esse é um dado importante para a taxa de execução orçamental, porque se foi feito a taxa sobe. \_\_\_\_\_

Em relação à questão da redução dos prazos de pagamento, disse que, não se deve esquecer que a disponibilidade financeira que existe nos saldos de contas e gerência é, também fruto dos empréstimos que ocorreram, e das receitas extraordinárias e que, eventualmente, ajudam na redução do prazo médio de pagamentos. Há algo que o preocupa enormemente e que tem a ver com gestão, mais ou menos desastrosa, da questão desportiva ou dos complexos desportivos e perguntou onde estava o Município no ano de 2015, se estava distraído, ou a dormir, porque esse ano ainda estava a correr o programa ON.2, que depois, com o *overbooking*, até acabou por ser estendido até 2017 e nessa altura, o Município tinha tido a possibilidade de ter resolvido o problema, quer do Valenciano, quer d' Os Torreenses e, não o tendo feito, agora vai despende dos seus cofres uma quantia na ordem dos 600.000,00€, quando se o tivesse feito, na altura, se tivesse usado de proatividade custaria aos cofres do Município na ordem dos 90.000,00€, uma vez que o quadro era financiado a 85%. Isso, sim teria sido um ato de boa gestão, que contribuiria para a saúde financeira e para diminuir o endividamento financeiro do próprio Município e agora não estaria a fazer contratos-programa com a dimensão que está a fazer. \_\_\_\_\_

Depois disse que é preciso ver a questão das candidaturas e quando elas surgem. Traçou um paralelismo com o Município de Ponte de Lima, que estão bem por causa das candidaturas porque atuaram bem e continuam a atuar bem nesta situação, contrariamente ao nosso Município que faz obras em que as verbas vão acima daquilo que são os apoios dos quadros comunitários. E isso já está a dar sinais e no próximo ano, vai ser mais grave. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Inês Ferreira** mencionou que quando falou na questão das Associações e das verbas destinadas às Juntas de Freguesia, referiu a declaração que receberam do Sr Vereador do Pelouro da Cultura, disse que a equipa inicialmente liderada pelo Dr. Jorge Mendes e agora pelo Sr. Manuel Lopes sempre os habituou a umas contas certas, ou seja, sempre houve uma preocupação de uma gestão correta das verbas públicas, da redução de custos ao longo destes anos, da rentabilização de todos os recursos que tinham na mão e não foi só porque a conjuntura favoreceu, mas, sim, porque houve decisores que souberam gerir da melhor maneira o dinheiro dos valencianos. \_\_\_\_\_

Relativamente à questão do passivo a médio e longo prazo, fez referência a um quadro na página 117, e na página 116 onde é explicado esse aumento e, no seu entender, na explicação que lá está, nada indica que porque este ano esse passivo cresceu, que para o ano a situação se vá agravar. Vai-se agravar é pela

conjuntura deste ano, como também já se viu a nível nacional que foi preciso um orçamento suplementar, porque obviamente o orçamento que foi aprovado inicialmente não era suficiente. No próximo ano, não vão culpabilizar os gestores do Município por erros de gestão, é necessário ter a mesma compreensão que o líder do PSD, tem tido, a nível nacional relativamente ao Governo, que tem afirmado perentoriamente que apesar de as opções não serem exatamente as dele, neste momento o país tem de estar unido. Acrescentou, que essa atitude até foi elogiada pelo partido “Podemos” em Espanha. Isto, porque Rui Rio entende que neste momento o país está acima de qualquer ideologia. Também para o ano esperam que no orçamento para 2021 e depois na aprovação das contas de 2020 o mesmo apoio, porque de facto as receitas vão diminuir e os custos já estão a aumentar. Terminou dizendo que se querem ser unidos e lutar por este Município é nestes momentos de crise que se nota a estatura e a estrutura e o perfil do político.

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** disse ao Sr. António Dias, que esse papel dos 5.000.000,00€ já está mais que falado, debatido, considerado e transcrito, que apesar de os ter deixado também com certeza deixaram compromissos e o mesmo sucederá ao atual e outros executivos, decisões assumidas num determinado momento que irão ser cumpridas por outros a seguir e isso é que é a virtualidade da democracia. Em relação ao facto de o Sr. António Dias ter dito que em Ponte de Lima é que está bem, desafiou-o a ir à Assembleia Municipal de Ponte de Lima e perguntar ao seu colega do PS o que é que ele diz do Município de Ponte de Lima e das contas de Ponte de Lima. Mas, considerando que a Assembleia Municipal de Ponte de Lima já decorreu, disse-lhe para ler o Alto Minho e ver, com alguma regularidade aquilo que se diz da Câmara de Ponte de Lima. O que a oposição diz, naturalmente. Mas, disse que o que mais gostou da intervenção do Sr. António Dias foi o ter dito que o ano foi bom. E, portanto, se o ano de 2019 foi bom, foi bom para todos, não foi bom para o Presidente da Câmara, não foi bom para o Presidente da Assembleia ou para o Presidente da Junta do mesmo partido. Foi bom para todos. Porque os indicadores de 2019 são positivos. E acrescentou, que podiam ficar satisfeitos pelo Município pagar a 30 dias e não encontrar apenas defeitos. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que referiu que devem ser contidos e concisos nas afirmações que fazem e não se deve misturar o que não é misturável, pois pode induzir em erro muitas vezes sem se aperceberem, como foi o que aconteceu e deu como exemplo as palavras ditas pelo Sr. António Dias “*Contribuir para o fosso, adjudicar obras por um valor superior à candidatura*”. Ora como não concorda com esta afirmação começou por referir a obra do PAMUS na Avenida de Cristêlo, que a obra é de 600.000,00€ e que a candidatura só é de 400.000,00€, assim como a candidatura das obras da requalificação da Escola Muralhas do Minho foi de 1.700.000,00€, e a comparticipação do Governo de 100.000,00€ e o valor do concurso foram 3.200.000,00€. Como é óbvio não partilha desta opinião porque estão a contribuir para a evolução, não se podia abdicar de uma candidatura de 1.700.000,00€ para a escola sob pena de nunca mais haver outra, com recurso, na altura, à banca com um empréstimo faseado em várias obras e suportado, alavancado em várias obras, e no qual o Sr. António Dias, enquanto membro desta Assembleia, votou a favor do empréstimo. \_\_\_\_\_

Postos os documentos à **votação**, não tomaram parte na votações os membros Vasco Oliveira, Paulo Pacheco, Luís Amorim, Rui Ferreira, Carlos Pereira, Ana Tomé. **1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDE OPÇÕES DO PLANO 2020**\_Na sequência da proposta apresentada pela Câmara Municipal para ratificação da decisão de aprovação do mapa de fluxo de caixa e saldo de execução orçamental, com fundamento nas medidas implementadas no âmbito do Covid 19 que originaram alterações substanciais ao funcionamento dos órgãos deliberativos, designadamente a não realização da sessão ordinária do mês de abril da Assembleia Municipal, podendo ser realizada até ao dia 30 de junho, sessão em que era discutida e aprovada a integração do referido saldo de 2019, que de acordo com o diploma legal publicado pelo Governo, o executivo pode aprovar a integração do mesmo, que é de 1.431.134,51€ (um milhão quatrocentos e trinta e um mil, cento e trinta e quatro euros e cinquenta e um cêntimos) sujeito a ratificação do órgão deliberativo aquando da aprovação de contas. A Assembleia Municipal aprovou por **maioria**, com 6 (seis) votos contra dos Membros Srs. Cláudia Moreira, Álvaro Gomes, António Dias, Benvinda Gonzalez, José Nogueira e Óscar Silva, 1 (uma) abstenção do Membro Sr. Cláudia Labrujó e 18 (dezoito) a favor dos restantes presentes, ratificar a aprovação do mapa dos fluxos de caixa, assim como, a autorização nos termos e para os efeitos do nº 1 do artigo 129º do Orçamento de Estado para 2020, aprovado pela lei nº 2/2020 de 31 de março, a integração do referido saldo de execução orçamental instruído de acordo com o nº 2 do mesmo artigo e diploma legal. Mais foi deliberado, por unanimidade, não transcrever na ata o aludido Relatório. \_\_\_\_\_

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2019**\_ A Assembleia Municipal apreciou e colocou à votação o referido documento que num universo de 25 Membros aprovou, por **maioria**, o Relatório de Gestão e Contas de 2019, com os 6 (seis) votos contra dos Membros Srs. António Dias, Álvaro Gomes, Benvinda Gonzalez, Óscar Silva, Cláudia Moreira e José António Nogueira, 1 (uma) abstenção do Membro Sra. Cláudia Labrujó e 18 (dezoito) a favor dos restantes presentes. Depois de aprovado, **por maioria**, o Relatório de Gestão e Contas referente ao ano 2019 nos termos do previsto na alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e deliberou, **por unanimidade**, não transcrever na ata o aludido Relatório. \_\_\_\_\_

**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO 2019**\_ A Assembleia Municipal, apreciou o relatório de gestão e contas consolidado 2019 conforme o prevê o nº 1 do artº 76º da lei 73/2013 de 03 de setembro conjugado com as disposições previstas na alínea i) do nº 1 do artº 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, com o seguinte resultado de votação: **por maioria**, num universo de **25 Membros**, 5(cinco) votos contra dos Membros Srs. Cláudia Moreira, António Dias, Benvinda Gonzalez, José Nogueira e Óscar Silva, 2 (duas) abstenções dos Membros Srs. Cláudia Labrujó e Álvaro Gomes e 18 (dezoito) a favor dos restantes presentes. \_\_\_\_\_

Quando os trabalhos da reunião iam deste ponto interrompeu-se a sessão para um intervalo quando eram 17h50 e foi retomada às às 18h00. \_\_\_\_\_

## DESENVOLVIDA E AS SUAS IMPLICAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS A NÍVEL LOCAL

Este ponto agendado no sentido de se apreciar a atividade desenvolvida pela empresa ADAM – Aguas do Alto Minho e suas implicações a nível Local, e para o qual a CDU apresentou a moção, lida no momento dedicado aos propostas e que abaixo se transcreve.

**“MOÇÃO - Em defesa de um serviço de água público acessível e de qualidade para todos**

*Considerando que bastaram quatro meses para a concessão de um serviço de abastecimento de água à ADAM para se constatar um insólito agravamento no custo das respetivas tarifas de abastecimento a que crescem sucessivos e diversos problemas na prestação deste serviço público. O início de atividade pela ADAM suscitou as mais amplas e justificadas reclamações dos utentes e ainda um coro de críticas dos responsáveis autárquicos de municípios vizinhos. A CDU verifica que nestes últimos meses o funcionamento da ADAM causou preocupação, ansiedade e dificuldades financeiras à vida de muitos valencianos. Ou seja, o desenrolar e evoluir dos acontecimentos confirmou a justeza da opção tomada pela CDU quando votou contra a concessão deliberada por maioria nesta Assembleia Municipal. A forma inadequada do funcionamento do ADAM permite concluir com segurança e encarecimento progressivo e inexorável do tarifário da água que irá recair sobre os consumidores sobrecarregando os já débeis orçamentos familiares. Esta situação exige que apurem responsabilidades ao nível da gestão e da administração, bem ainda ao nível dos responsáveis pela opção política tomada, algo que já deveria ter acontecido e que a CDU exige em nome da transparência exigida ao poder democrático.*

*É entendimento da CDU que o dano causado na vida dos valencianos que dura há vários meses deve ser motivo para reflexão, não apenas sobre os erros na faturação, o aumento nas tarifas, a falta de resposta a reclamações dos utentes, mas sobretudo para corrigir a opção tomada da concessão da gestão da água pública à ADAM. Opção esta que os cidadãos valencianos não entenderam, nomeadamente porque os serviços municipalizados prestaram ao longo das décadas um serviço de excelência. Como a CDU tem afirmado e a história recente nos tem demonstrado, processos semelhantes têm acabado em negócios de privatização de contornos pouco claros. Com o modelo de gestão adotado estão a ser criadas as condições propícias à privatização da água que será por certo um negócio proveitoso e apetitoso para alguns, mas obviamente danoso para todos os municípios consumidores. Vejamos os casos da EDP, CTT, Vale do Minho, etc. A questão de fundo que importa resolver em benefícios dos municípios valencianos é a de fazer regressar este serviço à gestão municipal de onde nunca deveria ter saído. Esta é a única forma de impedir a sua progressiva degradação e eliminar o risco de uma possível e imperdoável privatização da gestão do serviço de água pública. Mudam-se os Governos, mudam-se as vontades.*

*A CDU considera que devem ser criadas condições para facilitar e operar-se a remunicipalização do serviço da água concessionada. A reversão da concessão do serviço de abastecimento de água impõe ética e politicamente que a Câmara Municipal proceda de imediato a um estudo de viabilidade económico-financeira e jurídica desta solução. Com este propósito, a CDU solicitou o agendamento de um ponto para esta sessão ordinária para debater e apreciar a atividade desenvolvida pela ADAM e as suas implicações e consequências a nível local. O Executivo Camarário não pode ignorar que a questão fundamental que importa resolver é a urgente necessidade de reverter a concessão antes que daqui a cinco anos ou antes que se verifique um novo aumento/atualização das tarifas que irá abater-se sobre todos os municípios aderentes.*

*Caso o Executivo Municipal falhe na resolução desta questão central, então não restarão dúvidas sobre quem recai as responsabilidades políticas pela destruição do serviço público de abastecimento de água, um direito indissociável da saúde e da vida humana. De salientar ainda que muitos dos que votaram favoravelmente a esta concessão somam-se hoje ao coro das críticas. Pois bem, é o momento de agirem em coerência e votarem favoravelmente esta moção. Nestes termos, o Grupo Municipal da CDU vem propor que a Assembleia Municipal de Valença, na sua reunião ordinária designada para o dia de hoje, 30/06/2020, delibere instar o Executivo Municipal ao agendamento e realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária cujo único ponto da ordem de trabalhos seja a apresentação para debate de um estudo de viabilidade económico-financeira e jurídica da reversão da concessão das águas à gestão municipal. Com este estudo, poder-se-á justificar perante os valencianos se efetivamente esta reversão terá viabilidade ou não, mostrando ainda que a nossa posição neste processo é responsável e coerente.”*



Seguidamente, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Óscar Silva, António Dias, Inês Ferreira, Alberto Vilas, José Nogueira.

---

- **O Membro Sra. Cláudia Labrujó** começou por dizer que na moção apresentada fala dos inúmeros problemas que a empresa tem provocado na população valenciana, assim como nas gentes de todo o Alto Minho e que aquando da votação para a constituição da empresa pública, foi, na Assembleia Municipal, defendido que com a empresa haveria poupança para as Autarquias e que todo o processo seria muitíssimo pacífico. Pois bem, tal não se tem constatado. Alertou o Vereador do Pelouro, em 13/02/2020, no início da faturação e solicitou que fosse suspensa toda a faturação para imediata correção dos valores erróneos. Na altura nada fizeram, pelo contrário, deixaram andar e no mês de junho, existem agregados familiares que ainda não pagaram nem 1 m<sup>3</sup> de água. Pediu, também, na altura ao Vereador que, conjuntamente com os Presidentes de Junta fizessem atendimento em cada uma das Freguesias para ajudar as pessoas, com menos recursos e menor mobilidade, a resolver as suas situações. Soube que, no Município de Vila Nova de Cerveira, a Câmara Municipal criou um atendimento aos munícipes para o efeito, no entanto Valença, tanto quanto sabe, nada fez neste sentido. Tem entendido que o Executivo recorreu ao artigo 3-A, da Lei 12/2020 de 7 de maio, ao chamado fundo social municipal para a Câmara Municipal pagar 3,00€ da fatura dos contribuintes até dezembro deste ano. Referiu, que sendo as Águas de Portugal detentora da maioria do capital, este apoio deveria ser dado ou atribuído pela nova empresa e não pelos associados individualmente, o que a levou a perguntar qual é a mais-valia desta junção, se era dar dinheiro a ganhar às Águas de Portugal, abrindo mão do bem mais essencial para o ser humano e para os munícipes deste Concelho. Cabe ao Executivo zelar pela permanência deste bem na esfera local, protegendo e salvaguardando as suas populações tal e como fizeram, e bem, os autarcas de Melgaço, Monção e Ponte de Barca. Aliás, o autarca de Ponte da Barca, além de não aderir a esta parceria, explicou as razões que o levaram a não entrar neste negócio desastroso. Assim, depois de constatar, no terreno, o descontentamento das populações, quer face à gestão danosa desta empresa, como a falta de atendimento telefónico e à má qualidade da água, chegando muitas vezes barrenta, a pressão com que chega provoca danos nas canalizações, e o não menos notado silêncio desta Autarquia face a esta matéria, urge que o Executivo tome medidas de defesa das suas populações, assim como poupar os munícipes que já muito desgastados andam com a conjuntura atual no que concerne à saúde económica, familiar, empregos. \_\_\_\_

O fundo social é exatamente para ser utilizado em situações *extremis*, mas atendendo a que tem que ser pago por todos, dever-se-á evitar ao máximo cair em situações que possam colocar a vida e a carteira de terceiros em risco. O caso do ator Pedro Lima pode perfeitamente acontecer no nosso Concelho porque famílias desesperadas com contas para pagar e com os seus rendimentos reduzidos não faltam, infelizmente. Ao ver o relatório de contas do ano de 2019 desta empresa, ficou chocada ao ver as exorbitâncias de ordenados pagos a gestores e o pagamento de senhas a outros elementos. Sugeriu que vissem na página da AdAM o relatório de contas de 2019, entre as páginas 58 e 65. Pediu que a informassem do valor que, desde a criação da empresa, foi transferido para o Município de Valença, uma

vez que nesta conjuntura as receitas vindas dos serviços de águas seriam as que poderiam e equilibrariam a tesouraria em tempos de pandemia. Perguntou o que é que o Município de Valença fez e pretende fazer para a resolução de todos estes conflitos e, pediu que não voltassem a dar-lhe a resposta que lhe deram em inícios de abril, passando a citar: “*Vamos aguardar a próxima fatura. Na próxima, vem tudo corrigido.*” Afinal, disse, não veio e o tempo passa e as pessoas têm as contas de água reais para pagar. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Francisco Romeu** começou por dizer que, aquando do início desta pandemia, os Presidentes de Junta, iam ter uma reunião, no dia 19 de março, com a AdAM sobre os problemas que estavam a surgir relativamente à faturação, contudo não se realizou e não ficaram elucidados. Disse, que na sua Junta de Freguesia atendeu vários fregueses com contas exorbitantes, más contagens dos contadores, apresentou reclamações, inclusive com fotos e o serviço de apoio ao cliente e de comunicação de leituras quase nunca funcionou. Mais referiu que, pela comparação da última fatura do Município com as faturas pagas à AdAM, as taxas do saneamento e do lixo estão dentro do previsto, embora tenham aumentado as taxas fixas. O tarifário de 2020 está segundo os parâmetros aprovados, pela maioria, na Assembleia Municipal, no entanto o que o preocupa, também, é que até agora a empresa não faturou consumos de água, pelo que perguntou, como vão fazer, será que as pessoas vão ter que pagar tudo de uma vez só, ou irá ser gradualmente mês a mês. Solicitou, ainda, que marcassem uma reunião com a AdAM. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Óscar Silva** começou por dizer que quando este processo se iniciou, o Partido Socialista levantou um conjunto de preocupações que, ao longo dos últimos meses e ainda nesta fase embrionária da parceria, estão a ser comprovadas, dando razão às preocupações que tinham. Dos relatos que têm quer neste Concelho quer nos Concelhos vizinhos, mesmo nas redes sociais, existem numerosas situações, a começar pelo preço. A verdade é que aquilo, que foi dito na altura, aquando da exposição do responsável pelas Águas de Portugal, nunca esteve em causa um aumento de 100% do preço a cobrar na fatura mensal da água. Teve acesso a várias faturas num período de 30 dias de habitações sem consumo doméstico de água da AdAM, com poços ou outras alternativas de captação de água e apresentavam-se apenas com as tarifas fixas e o que tinham que pagar, em relação ao valor anteriormente, quando eram cobradas pelo Município de 7,29€, passou para valores acima dos 15,40€, ou seja, isto consubstancia um aumento de 100% e que se recorde não ouviu o Sr. Responsável das Águas de Portugal, quando veio à Assembleia Municipal em que foi aprovada a parceria, fazer referência a valores dessa ordem de grandeza. Depois há relatos que, revelam um profundo amadorismo e incompetência de quem está a proceder à faturação neste momento, porque há faturas de alguns utentes que contemplam períodos de 15 dias de faturação, outras com 22 dias de faturação e outros têm faturas com 30 dias de faturação, e dá azo a que, de facto, haja as tais confusões que foram há pouco referidas pelo Sr Presidente da Junta de Ganfei, em que as pessoas acabaram por andar perdidas e nem sequer perceberem o que é que lhe está a ser cobrado, e às vezes até acham que estão a pagar o valor correto quando na verdade está a ser taxado um período inferior de consumo de água. Referiu, ainda, que existem relatos de duplicação da cobrança nas faturas, isto é, há pessoas que referem que houve metros cúbicos cobrados na fatura de dezembro do

Município que depois aparecem refletidos novamente nas faturas de janeiro da Águas do Alto Minho. A empresa promete a regularização dessas faturas, mas há relatos de utentes, por exemplo, em Viana do Castelo, que, após a tal regularização que supostamente seria feita, se queixam que, afinal, com a nova fatura emitida, estão a ser taxados por um escalão de consumo de água superior àquele que seria o normal devido à acumulação das diferentes faturas. E isso, obviamente, vai duplicar o prejuízo dos utilizadores deste serviço de água. Já tinha deixado claro em nome do Partido Socialista que é perda de poder de decisão do Município naquilo que será a revisão tarifária a ser efetuada futuramente, porque estando a Águas do Alto Minho em maioria numa posição privilegiada no órgão que terá o poder de decisão nada garante que nos próximos dois, cinco ou dez anos, não surjam novos e sucessivos aumentos das tarifas cobradas pelo consumo da água, e pode, até estar-se a falar de valores absurdos sem que se possa fazer nada. Há relatos também de excesso de pressão do caudal da água agora fornecida pela Águas do Alto Minho e há pessoas que se estão a queixar que as tubagens de condução doméstica da água estão a ser danificadas devido a esse excesso de pressão. Tal como previam este era um processo que tinha tudo para dar mal e que foi comprovado nestes primeiros meses do ano que de facto está a correr muito mal. Ante a pertinência da moção hoje apresentada pela CDU, o Partido Socialista, enquanto órgão representativo dos interesses dos valencianos, tem a obrigação de refletir e de pugnar pela reversão desta parceria e devolver a água, que é um bem universal e público, aos valencianos e valencianas e que, apesar de não se rever em algum aspeto da moção apresentada pela CDU, a verdade é que se revêm e concordam, na substância, da proposta e, portanto, votarão favoravelmente a proposta da CDU. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. António Dias** referiu que esta situação da água já vinha a ser preparada anteriormente. Em 2018, houve já um aumento na ordem dos 90.000,00€ no que diz respeito ao ajustamento tarifário e esse foi o primeiro passo para a mascaração dos aumentos, o mesmo sucedeu em 2019 e agora passa dos 100.000,00€, com a diferença que em 2019 essa receita ficava nos cofres do Município. Constatou que no ano transato a receita é de 1.032.000,00€ com um custo na ordem dos 572.000€, o saneamento, 336.000€ contra um custo de 581.000€ e neste o Município não foi eficiente ou eficaz, mas sim por fruto da sua própria inação, porque, deu como exemplo a freguesia de São Pedro da Torre, nos coletores municipais circulam muitos metros cúbicos de água todos os dias que são pagos pelo Município, por todo nós, mas são metros cúbicos de água que têm a ver com águas pluviais, com as águas que as pessoas limpam os seus recintos, com injeções industriais e, portanto, competia ao Município a fiscalização dessa situação. Mas, ao longo dos anos, nada foi feito e, por isso, gostariam de saber a razão, porque de certeza que havia técnicos para isso ou, caso não houvesse poderiam contratar um serviço para essa situação. Quanto aos resíduos sólidos urbanos, há também uma diferença na ordem dos 34.000,00€. Contas feitas, estas rubricas dão um resultado positivo de 180.000,00€. Depois, há ainda, a situação no fornecimento de serviços externos referente ao “depósito e tratamento de resíduos”, dizendo desconhecer o que é, mas são 151.000,00€ e por isso solicitou ao Sr Presidente que o esclarecesse. Mas, mesmo com a imputação desse valor ainda se fica uma verba positiva na ordem dos 28.000,00€. \_\_\_\_\_

No que diz respeito à EDP, entre aquilo que é o pagamento das rendas da EDP e o que é o pagamento da luz pública, a Câmara, até, tem um lucro na ordem dos 56.000,00€. Posto isto, não lhe custava nada pôr

cinco ou seis luminárias em São Pedro da Torre. Em 29/06/2018, na célebre Assembleia que houve, fizeram as contas, já naquela altura, daquilo que ia acontecer precavendo o drama que se avizinhava. E, naquela altura, o valor que se apresentava para os valencianos nos 30 anos seguintes, era tal, que disse ao Sr. Presidente da Câmara na altura, que admitia que ele hipotecasse o resto do mandato, que eram 3 anos, mas não conseguia admitir que hipotecasse os 27 anos seguintes, mas, infelizmente a Assembleia deu-lhe respaldo. Na altura, isso representava 14.2 milhões de euros, hoje esse valor vai superar os 30 milhões de euros. \_\_\_\_\_

No que diz respeito à faturação, ao descalabro que existe, aquilo que está por regularizar, deveria, pelo menos, ser dividido, no mínimo, entre um e dois anos, diluído mensalmente pelo escalão mais baixo para que fosse mais confortável às famílias pagar. E, apelou ao Sr Presidente que transmitisse essa mensagem porque a Câmara é sócia da empresa e esta era uma forma de minimizar o impacto no orçamento familiar. A agravante disto tudo é o facto de Município continuar a pagar 15% das obras. É que, não se pode esquecer, numa das *tranches* que foram aprovadas há pouco tempo no valor de 251.000,00€ para a ADAM, está uma verba que corresponde a 15% de uma obra. E, perguntou, quantos são os quilómetros de redes de água e de saneamento que se tem e qual o custo estimado dessas redes e por que valor é que foram transferidos, porque se foi gratuitamente é gravoso. Voltou a frisar que, na altura da aprovação, pediu aos Deputados bom senso, assim como aos Presidentes de Junta, que votassem contra, porque estavam a ir ao bolso dos vossos fregueses e, portanto, todos são responsáveis por esta situação. Por isso são responsáveis e têm que assumir essa responsabilidade e afirmou que, quando o Partido Socialista for poder, tudo fará para reverter esta situação. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** referiu que toda a gente sabe que esta empresa é uma empresa pública em que 51% é das Águas de Portugal e os restantes dos Municípios de Arco de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, portanto nunca poderá ser negócio e ao contrário das empresas privadas, não têm como objetivo a maximização dos lucros. As empresas privadas, e especialmente as sociedades anónimas, a sociedades por quotas, têm que mostrar lucros para poder devolver dividendos aos seus sócios. Uma empresa pública existe, de acordo com aquilo que é a teoria académica sobre este assunto, para satisfazer necessidades coletivas. Ao contrário, do que foi dito, na Assembleia Municipal, a água não é um bem público mas sim um bem essencial, é um bem que, hoje em dia, é escasso. Continuou dizendo que, há anos, quando andava na Faculdade de Economia, podia-se considerar a água como um bem livre, porque existia em quantidades mais que suficientes para as necessidades humanas, no entanto nas últimas décadas, isso não acontece, a água para consumo humano passou a ser um bem escasso, porque não chega para as necessidades da população. Um bem público tem duas características, que é a não rivalidade e a não exclusividade. Não exclusivo significa que ninguém pode ficar sem acesso a esse bem ou a esse serviço. Não rival, significa que se uma pessoa utilizar, não impede que a outra utilize. Portanto, não é um bem público. Agora, é de facto um bem essencial para a nossa sobrevivência. E, por diversas vezes foi dito que a água para chegar às nossas casas era preciso gastar dinheiro, assim como o acordo que tinha sido assumido no tempo do Dr. Fernando Barbosa com as Águas de Portugal e mesmo que não tivéssemos assumido aquele

consumo, tínhamos que o pagar. O que está a acontecer com esta empresa pública são erros administrativos, que foram constatados pela população e que de acordo com a comunicação da empresa estão a desenvolver esforços para regularizar a situação. Lamenta que os erros tenham acontecido. Disse que cabia aos Presidentes de Câmara fazerem pressão sobre a empresa no sentido de evitar estes erros, no sentido de evitar os desperdícios de água, no sentido de tirar partido das sinergias que uma empresa com uma escala maior pode ter, à imagem e semelhança das outras empresas, porque quanto maior for a escala, melhor utilização dos recursos pode fazer. E, portanto, acredita que os Srs Presidentes de Câmara irão pressionar no sentido de todas estes erros de faturação, de contagem, sejam de facto eliminados por completo.

---

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** mencionou que se está perante uma questão transversal, independentemente da cor partidária e o que se verifica é que, conforme o Concelho, vai variando a cor partidária que toma partido pela opção. Aquilo que foi referido até agora tem a ver com a forma como a empresa tratou dos assuntos que lhe cabia. Ninguém questionou as virtualidades da opção de se ter uma associação de uma empresa com os Municípios e com uma empresa de Águas de Portugal. Disse que a democracia é bonita, que todos a devem usar para se fazerem ouvir, porque às vezes até faz algum sentido ouvir os outros, mas em democracia, há que saber ouvir para depois se fazer a sua intervenção conforme achar conveniente. Portanto, independentemente de gostarem ou não, tem as suas opções políticas e as suas opções estratégicas para apresentar e esta é uma delas e que ainda não se tinha arrependido de ter votado favoravelmente a inclusão ou a criação das águas. As questões que estavam a ser levantadas têm a ver com a gestão do dia-a-dia da empresa e recordou, aos presentes, que a empresa é maioritariamente do Estado, 51%, e 49% de sete Municípios: Viana do Castelo, Caminha, Paredes de Couró, lideradas pelo Partido Socialista, Arcos de Valdevez, Valença, lideradas pelo PSD. Vila Nova de Cerveira, um movimento independente, e Ponte de Lima, o CDS. E frisou, que nesta situação não estão sozinhos, esclarecendo que, no Alentejo, há a empresa “Águas Públicas do Alentejo”, em que 51% é das Águas de Portugal e 49% da Associação de Municípios do Alentejo, empresa que existe há mais de 10 anos e que tem exatamente as mesmas regras que a Associação de Municípios e que, também, as Águas do Alto Minho tem e quem nomeou os gestores da Águas do Alto Minho foi o acionista maioritário, ou seja, o Governo, através das Águas de Portugal, um ex-Secretário de Estado e uma administradora nomeada pelas Águas de Portugal, que com certeza que terá experiência e capacidade para liderar uma empresa como as Águas do Alto Minho, mas o que é facto é que o que está a acontecer e que todos os valencianos sentem é que a faturação não está bem, a cobrança não está a ser a que estava expectável, a contagem está errada, a loja está fechada. Todos esses problemas não põem em causa a opção tomada da constituição da empresa, porque essa foi feita para haver um melhor serviço e com mais capacidade financeira para servir os alto-minhotos, nomeadamente, nos Concelhos que aderiram à empresa. Concluiu dizendo que esta é uma questão partidária e perguntou, ainda, aos presentes, se não achavam estranho que na Assembleia Intermunicipal do Alto Minho que se realizou no dia anterior, este problema da água e a AdAM não tenha sido discutido e, considerando, que lá estão representantes das Assembleias Municipais dos distritos socialistas, sociais-democratas, CDS, independentes e CDU que apesar se esse

ser o local indicado ninguém levantou qualquer questão. Portanto, não era pelo facto de uma fatura ter saído errada, uma contagem estar malfeita, que se deve pôr em causa este projeto da AdAM e o objetivo para que foi criada. Além disso, tem a certeza que os próprios gestores da empresa, também, não estão confortáveis com esta situação e, como tal, têm todo o interesse em que isto comece a correr melhor. Acrescentou que, ao contrário do que foi dito que esta empresa tinha tudo para dar mal, na sua opinião, tinha era tudo para dar bem, mas infelizmente nada do que está a ocorrer era expectável considerando a experiência e capacidade das pessoas que estão à frente da AdAM. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira** questionou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal se era ou não verdade que o PS e o PSD convergem que este tema, das Águas do Alto Minho, devia ser decidido Município a Município e foi esse o motivo principal por que a CDU na Assembleia Intermunicipal do Alto Minho não apresentou uma moção. Perguntou, ainda, o que é que lucravam pois ninguém rebateu os valores que foram ditos pelo Deputado Sr. António Dias. Do seu ponto de vista a questão do lucro seria uma questão efetiva, uma questão principal. Terminou, perguntando se sabem quanto custa sair da AdAM e ainda se o acordo da Águas do Noroeste se irá refletir numa eventual saída da AdAM. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra Cláudia Labrujó** mencionou que foi com muita desilusão que ouviu as palavras do Sr Presidente da Mesa, porque não só cidadãos valencianos estão a passar por dificuldades, recebem faturas de 150/250,00€, ou até mais, e têm que as pagar e só depois é que lhes é efetuado o crédito, como também pessoas que não recebem a fatura da água e que não impede que a AdAM faça o débito às contas bancárias. Considera o comportamento gravoso e incorreto da parte do Sr Presidente da Mesa ao proferir a sua opinião de uma forma tão peremptória, sem, se calhar, conhecer verdadeiramente a realidade do que está a acontecer no terreno. Aconselhou-o a percorrer as Freguesias e o distrito e a perceber o que se está a passar. Perguntou se achava normal, que em Vila Praia de Âncora, por exemplo, um funcionário de uma Junta de Freguesia receba uma fatura de 50.000,00€ de água para pagar. Mas o problema é que não foi uma fatura, são diversas faturas. A empresa anunciou que detetou mais de 15.000 erros. Como já teve oportunidade de perguntar em fevereiro, volta a perguntar como é que fazem as pessoas de idade que não têm possibilidade de à cidade fazer as suas reclamações. A solução é pagarem, ou então, atribuem-lhes um subsídio. De seguida, perguntou, ao fim destes seis meses, qual é o benefício que se conseguiu ver nesta parceria, porque, da sua parte, ainda não conseguiu ver nenhum, muito pelo contrário, só está a dar problemas a quem votou a favor desta parceria. Não tem dúvidas que o Sr Presidente de Câmara, já por diversas vezes, tenha estado em reuniões por causa destes problemas, é que, já não chegava o maldito vírus, ainda vem agora o vírus da ADAM. Quanto à parceria do Alentejo, recordou, que o seu gestor, há um mês e meio, veio alertar que era urgente blindar as Águas de Portugal para evitar a futura privatização. Tomando em conta as palavras do gestor das Águas de Portugal, disse que, todos deviam estar reticentes, porque, não são dois ou três casos mas sim muitos. Acrescentou que, desde dezembro de 2019, não paga 1 m<sup>3</sup> de água e por isso, pergunta, se ao fim de seis meses tem que pagar. Se a empresa contratou, como diz, pessoal para fazer as leituras, essas leituras não apareceram refletidas nas faturas, e

agora, pelo que tem conhecimento são os funcionários do Município que estão a fazer as leituras, ao serviço da empresa, até junho ou julho. Por isso mesmo, perguntou qual o benefício para o Município.

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** referiu que não esperava que a sua intervenção causasse tanto entusiasmo. De seguida, fez uma comparação entre as Águas do Alto Minho e as do Alentejo, dizendo que o modelo de gestão adotado é o mesmo, ou seja, “contrato de parceria pública”, que em ambas há uma comissão de parceria. Quantos aos benefícios do contrato de parceria pública das Águas do Alentejo leu “*Garantir de forma regular, continuar a eficiência de qualidade e de quantidade de água. Não sei quantos por mil habitantes*”. Depois disse ao membro Cláudia Labrujó que, também ele, apesar de terem opiniões diferentes estava a defender Valença. Referiu-se, de seguida, às contas bancárias, dizendo que a ADAM não adivinhou as contas bancárias dos utentes, por isso se utilizou o débito direto é porque tinha as autorizações, mas que, também toda a gente sabe há a possibilidade de fazer a reversão desse pagamento. Posto isto, isso são questões que, cada um, infelizmente, terá que resolver. Continuou, dizendo que, como é evidente, esta é uma situação que não agrada a ninguém, quer seja da CDU, CDS ou independente. Quanto ao saber quanto custaria a saída da ADAM, disse não saber. Mas ouviu dizer que o PS quando for poder vão sair da ADAM, portanto, devem saber qual é o custo. Acrescentou, também não saber se sai apenas Valença ou se saem, também outros municípios. Quanto aos benefícios, disse que continua a achar que a Associação de Municípios ganha com isso, até porque o que está por trás disto é o Estado. Depois disse, que como todos sabem há candidaturas específicas para este tipo de associações em que os Municípios isolados não podem ser candidatos. E como, também sabem, há investimentos que têm de ser feitos, quer em água, quer em saneamentos e que os municípios, por si, provavelmente, não teria capacidade para suportar a sua parte, daí, continuar a dizer que as virtualidades da criação desta empresa continuam a existir, mesmo existindo erros. \_\_\_\_\_

- **o Membro Sr. José Nogueira** insistiu na questão de se a ADAM era ou não um tema a decidir por cada Município e se, sim, se não terá sido essa a razão de a CDU não ter apresentado na CIM qualquer moção. \_\_\_\_\_

Perante a questão, o **Membro Sr. Alberto Vilas** disse que, ao contrário do que sucedeu no Alentejo, aqui deu-se liberdade a cada Município, para aderir ou não. No entanto, isso não era impeditivo de qualquer membro da Assembleia da CIM apresentar as moções que achasse por convenientes. Aliás, referiu, que no dia anterior, tinham aprovado uma moção por unanimidade, sobre a alta tensão e só tinha influência sobre quatro ou cinco concelhos. Portanto, se o assunto da água, era assim tão importante, deveriam apresentar uma moção, independentemente de ser um acordo entre Concelhos. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para esclarecimentos. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, após agradecer ao Sr Presidente da Assembleia, disse que ia dividir a sua intervenção em duas fases. Na primeira fase, responderá às questões colocadas e, na segunda fase, fará uma breve resenha de tudo o que sucedeu desde 2000 até 2020, porque ao contrário,

do que diz o Sr. António Dias, não é desde 2018, mas sim desde 2000. Vai fazer essa resenha, devidamente documentada e com assinaturas. Depois começou a responder às questões colocadas, e em relação ao membro Sra Cláudia Labrujó disse ter sido verdade ter havido 15.000 erros na faturação por parte da ADAM, sendo que o Município com mais erros foi Vila Nova de Cerveira, seguido de Paredes de Coura, e depois Ponte de Lima. Em Valença, o número de erros foi significativo, mas a questão é que não tem que haver erros e se os há, têm de ser prontamente corrigidos. No contrato de parceria existe uma cláusula, que em caso de privatização, os municípios podem optar por comprar ou sair. Em relação à prestação de serviços pelos funcionários da Câmara este será debitado à ADAM, o serviço não está a ser praticado gratuitamente. \_\_\_\_\_

Prosseguindo, disse ao Sr. Óscar Silva que não houve um aumento de 100% no preço da água e que lhe provará isso, o que quis dizer é que houve um aumento de 100% na tarifa fixa a água. Disse ainda, que nas duas primeiras faturas o período de faturação, foi de 15, 45 ou 50 dias, mas que a próxima fatura, vai refletir apenas os consumos referentes ao mês de março e, assim sucessivamente, com dois meses de atraso virão as outras faturas, sempre uma fatura cada mês. Não haverá acumulação de contagens nem de faturas. As próximas faturas terão uma divergência de dois ou três dias. Umas terão 29, 30 ou 31 dias, porque são 120.000 faturas a ser emitidas e, portanto, ao ser emitidas por ordem alfabética dos Municípios, o primeiro será Arcos de Valdevez e o último será Vila Nova de Cerveira. Assim, haverá um desfasamento no máximo de dois dias em relação à fatura mensal. Relativamente à revisão do tarifário, disse que, nos termos do acordo, nos próximos três anos, não haverá revisão do tarifário, e isso acontecer, os municípios, que se encontram representados por um membro no Conselho de Administração que é o Presidente de Paredes de Coura, que sempre em consonância com os representantes dos Municípios, não vai permitir nenhum aumento exorbitante da faturação. Quanto ao excesso de pressão, disse não compreender, porque o fornecedor anterior é o mesmo fornecedor de agora, que são as Águas do Norte e o sistema, também, é o mesmo. É o sistema de Lapela que fornece a água. Portanto, não tendo havido mudança de fornecedor, não pode ter havido aumento de pressão nas residências. \_\_\_\_\_

Em resposta ao Sr. António Dias quanto às águas pluviais no saneamento disse que todos sabem desse problema e que as mesmas estão a ser pagas pelo Município. Também, sabem, que há infiltrações nos lençóis freáticos que existem por deficiências de condutas, de tubagem e de caixas que não estão devidamente cerzidas e que dão origem que haja infiltrações de águas subterrâneas no saneamento. Em relação à TRH, respondeu que é a taxa de resíduos hídricos e que não está refletida na fatura da água porque é o Município que a paga anualmente. \_\_\_\_\_

Confirmou à Dra. Inês Ferreira os erros na faturação e que foram assumidos pela AdAM e essa foi a razão de a empresa ter demorado este tempo todo sem emitir nova fatura. Assim, disse esperar que a fatura do mês de março venha correta. O grande objetivo é reduzir as perdas, pois neste momento, Valença, tem cerca de 40% de perdas da percentagem da água, seja, por rutura, por roubos ou por má utilização ou bocas-de-incêndio. O objetivo, é reduzir, até 2025, esta percentagem até 20%. Depois, disse que o protocolo de Espinho, no anexo 1, estabelecia que o Município se comprometia a pagar uma determinada volumetria de água quer gastasse, quer não gastasse. E, essa volumetria no ano presente, é



de 772.000,00€. Quanto ao saneamento, o protocolo de Espinho dizia que, mesmo que não fossem lançados no saneamento os metros cúbicos, teríamos que pagar 1.212.000 m<sup>3</sup> de águas residuais que perfaziam uma quantia de 625.000,00€. O que se traduziria *de per si* neste momento só em compra de água e em pagamento de tratamento de efluentes num 1.317.000,00€. Não foi o atual executivo que assinou este protocolo e que em 2005, se realizou um outro protocolo entre os Municípios e as Águas do Minho e Lima, assinados um pelo que foi Presidente da Câmara José Luís Serra, e outro por José Manuel Carpinteira de Vila Nova de Cerveira. Em 2017, o Município, através deste Executivo, fez um acordo com as Águas do Norte pelo qual ficava a pagar 20% ao ano gradual desde 2016 até 2020. O que quer dizer que, em 2019, tem que se pagar toda a água que se gastar. A faturada e a não faturada. Na sua ótica foi um ótimo acordo que se fez com as Águas do Norte. \_\_\_\_\_

Dirigindo-se, de novo ao Sr. António Dias, disse que para a água chegar à casa dos contribuintes existe todo um conjunto de despesas com água desde a compra e o tratamento de efluentes, eletricidade, as análises das águas, as viaturas, os funcionários, os materiais, a cobrança postal bancária e as amortizações. Não se pode contabilizar apenas o que se paga à saída do caudalímetro das Águas do Norte, é preciso adicionar todas estas despesas. Mas para além destas despesas, ainda existem as despesas de saneamento. E Valença, tem mais de sessenta estações elevatórias de saneamento. E neste caso, temos a recolha e o tratamento de efluentes, a eletricidade, o pessoal, os materiais, as cobranças, trabalhos especializados, e tudo isto traduz-se num prejuízo, contabilizado entre a aquisição e a faturação, de 559.000,00€. Era este o valor que o Município despendia para suportar os encargos com a aquisição de água e o tratamento de efluentes. Por isso, se o atual executivo, deliberou, subsidiar em 3,00€ na tarifa fixa do saneamento, é mais que merecido, porque, se até agora subsidiava os munícipes num montante de 559.000,00€, neste momento, o subsídio é inferior e vai beneficiar-se aquelas famílias e pessoas que mais precisam. Também para dizer que se não estivéssemos agregados à AdAM, não éramos beneficiários nas candidaturas para os próximos três anos ao POSEUR no montante de 3.682.000€ na água e saneamento. Depois apresentou um quadro para mostrar que, em termos de consumidores domésticos com saneamento e sem saneamento, e já com a taxa de recursos hídricos incluída e o respetivo IVA, quem gastava até 5 m<sup>3</sup> de água vai pagar muito menos. E se o Município tinha um preço, para o primeiro escalão, de 0 a 5 de 0,72€, neste momento a ADAM tem uma taxa para o primeiro escalão de 0 a 5 de 0,27€. Que quem pagava 5 m<sup>3</sup> e que não tem saneamento, nem águas residuais, pagava 7,17€ e, agora vai pagar 6,89€. Quem até 10 m<sup>3</sup>, pagava 13,03€, vai passar a pagar 12,71€. Quem gastava 15 m<sup>3</sup>, pagava 18,90€, vai pagar agora 18,52€. Quem gastava 20 m<sup>3</sup> pagava 26,36€ agora vai passar a pagar 27,56€. Mas também, quem tem água e saneamento há diferença. Quem consumia 5 m<sup>3</sup>, pagava 11,47€, vai passar a pagar 10,48€. Quem consumia 10 m<sup>3</sup> pagava 21,63€ vai passar a pagar 21,40€ e quem gastava 15 m<sup>3</sup>, pagava 31,81€, vai passar a pagar 32,31€. Portanto, a maioria, que são aqueles que menos águas consomem vão ser beneficiados. Garantiu que a fatura vai ser inferior àquela que estava a ser praticada pelo Município. Lamentou todos os erros ocorridos com a faturação da AdAM e que se houve o cancelamento da emissão de faturas foi por imposição dos sete Municípios à AdAM que, enquanto as faturas não estivessem corrigidas e enquanto as pessoas, que pagaram a mais, não recebessem as notas de

crédito, não haveria mais faturação. Disse que, em relação a isto, já foram emitidas cerca de 12.000 notas de crédito pelos erros efetuados na faturação e que as pessoas já receberam esse dinheiro. Portanto, existem inúmeras vantagens na adesão ao agrupamento da AdAM e que está em crer que, a muito breve trecho, os outros três Municípios que não aderiram, irão aderir ao ver os benefícios que têm. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira** disse que o Sr Presidente da Câmara falou em benefícios de pertencer à AdAM e até compreende que se deixou de gastar algum dinheiro, mas, também se deixou de receber outro. Entregaram uma rede nova ou seminova, elo que questionou qual é o valor do investimento que a AdAM vai fazer nesta rede nos próximos cinco anos, dez anos, se estariam a falar de um valor, ridículo, à volta de 100.000,00€ que nem dá para consertar um cano. \_\_\_\_\_

Terminada as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse ao Sr. José Nogueira, que foi bem claro, ao dizer que as candidaturas à POSEUR somam um valor, para os próximos três anos, de 3.682.000,00€ para Valença. Também disse que não foi este executivo que entregou a rede à AdAM, foi com o protocolo de Espinho. E no mesmo já refere a passagem da rede e das infraestruturas. \_\_\_\_\_

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições para a **segunda ronda**, inscreveram-se os Membros Srs. António Dias e Inês Ferreira, tendo os restantes prescindido de intervir. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. António Dias** disse, referindo-se à Prof.<sup>a</sup> Inês, que esta, realmente, carrega um “fardo” dizendo que esta expressão é utilizada, entre aspas, pois de facto, vai defendendo progressivamente uma coisa por boa e que não o é. O que está aqui em questão é uma opção política, ninguém foi obrigado. A obrigação do executivo, enquanto representantes do município, é a de gestores e por isso deveriam ter renegociado mas não o fizeram por uma questão de comodidade. Agora, pretendem subverter todas estas questões alegando que afinal o PS é que é o culpado. Mas isso não é possível porque quem está à frente do destino do município, nestes últimos dez anos é o executivo do PSD. Este executivo é que tem que responder por toda a gestão deste período, mais ninguém. Portanto, são responsáveis por esse ato de gestão que praticaram, que continua a dizer que é um ato de gestão ruinoso, com a conivência de todos aqueles que os apoiaram. Dirigindo-se ao Sr Presidente da Mesa disse que, há pouco, na sua intervenção, mais parecia um comentador, quando falou nas Águas do Alentejo. Perguntou quando é que a CIM exerceu pressão para tomarem esta opção. É por que alguém exerceu pressão para celebrarem o contrato que está assinado, mas são os munícipes que vão sofrer. Referindo-se à posição adotada pelos Municípios de Melgaço e de Monção disse que um é socialista e o outro é PSD, no entanto, ambos adotaram a mesma posição e isto só demonstra que isto é uma opção política. E, portanto, agora têm que arcar com as responsabilidades dessa decisão. Têm que responder pelos atos de gestão, sendo que o que se impunha, na altura, quando detetaram que a situação que não estava correta, era pensar na sua regularização e resolução. O problema já era conhecido e por isso perguntou porque é que não o

resolveram mais cedo e o motivo do seu arrastamento, mas no que a si toca, disse, não vai deixar que empurrem a responsabilidade do assunto para outros. Que ele foi eleito para defender os interesses dos seus fregueses em primeiro lugar, independentemente de terem, ou não, votado nele. Pediu, que o executivo assumisse a responsabilidade dos atos praticados e que passem a praticar atos de gestão que vão de encontro aos interesses do Município e dos munícipes. \_\_\_\_\_

Disse, ainda, que não foi respondida a pergunta de qual é a quilometragem das linhas existentes e que a participação social do Município na empresa ronda os 116.000,00€, e era importante perceber os meandros das transações, porque isso, quer se queira quer não, são negócios, tal como há pouco o Sr. Vilas também disse. É necessário perceber, até que ponto é que o Município ficou ou não numa posição fragilizada. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** começou por agradecer ao Sr Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro a preocupação com o “fardo” que ele entende que ela transporta. Esse fardo foi tripartido, porque ela defendeu-o, o Sr Presidente da Assembleia Municipal também, assim como o Sr Presidente da Câmara. Por isso não compreende porque é que o Sr Presidente da Junta achou que o fardo era só dela, ainda não assume “fardos” dos outros, nem é pau mandado e já provou nessa Assembleia Municipal. Quando decidiu, da última vez, pela constituição desta associação, decidiu de forma convicta, e na altura referiu que a água tem de ser paga, custa dinheiro levá-la para as casas, não é como antigamente, quando era miúda que se ia de cântaro à fonte e só se tinha de comprar o cântaro. Neste momento, a água de Monte do Faro, já não chega, a água de Sanfins, também não, é necessário ir ao rio e isso custa dinheiro, tal como, aliás, o Sr Presidente da Câmara referiu. Alguém tem de pagar e esse alguém é toda a população de uma forma direta ou indireta. De uma forma direta, água em casa é paga de uma forma indireta através das taxas a nível municipal ou de outra forma. Portanto, é necessário ter consciência disso e estarmos sensibilizados para a necessidade de poupar água. É necessário, perceber o hiato que existia entre o preço que a Câmara Municipal de Valença pagava para levar a água até às casas e o custo ao contribuinte e o que pagavam era inferior e isso significava uma quebra das receitas de tal forma que o Município poderia entrar numa situação catastrófica. Continuou, dizendo que o atual executivo, desde a primeira hora, inclusive, até numa fase, em que se calhar, o poderia prejudicar, em termos eleitorais assumiu ir pouco a pouco atualizando as taxas da água. Disse que continua a defender que isto não é um negócio, que é uma empresa pública e, enquanto for uma empresa pública, está convicta de tudo o que pode ganhar e da possibilidade das candidaturas a que se pode candidatar. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** referiu que o Sr Presidente da Câmara já explicou que o protocolo de Espinho e os outros acordos é transversal à questão da representatividade partidária. O próprio quando se referia à Associação do Alentejo, às Águas Públicas do Alentejo, disse que era um negócio como este e como todas as empresas terão também os seu plano de negócio, porque têm que pagar as suas despesas e têm que ter as receitas correspondentes. Disse também que assumem a responsabilidade da decisão e que ainda não se arrependeram, porque o povo tem concordado. Este Executivo, a Assembleia Municipal e as Freguesias têm merecido o voto do povo. Cada um vota como entende e votou livremente nesta gestão

Municipal. Estão satisfeitos com a gestão e ainda há pouco nas contas provaram isso, e o povo, naturalmente, tem dado a sua concordância com as propostas que são apresentadas e com a forma como tem sido gerido o nosso Concelho. \_\_\_\_\_

O **Membro Sr. Rui Ferreira** pediu autorização para defesa da honra. \_\_\_\_\_

Foi-lhe dada a palavra para intervir e começou por dizer que se sentiu ofendido com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara em relação ao problema da entrega das águas à empresa, que estava a fazer dos presentes pessoas ignorantes. Apesar de ter achado que a maioria das intervenções foram sensíveis e que têm noção das coisas. Os partidos políticos e o Estado a gerir e querer competência, não corre bem, não cumprem. Desde o 25 de Abril que a gestão das empresas públicas tem sido um caos como na água, ou seja, dá prejuízos para depois poder entregar ao privado. Votou a favor da entrega da água. Este foi o primeiro roubo às populações e freguesias e o seguinte roubo às populações serão os baldios, porque onde o Estado mete o nariz, as pessoas deixam de meter. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara Municipal** que referiu ao Sr. António Dias que este processo não começou há 10 anos, começou há 20 e não foi há 10 com este Executivo. Seguidamente disse ao Sr. Óscar Silva que quando trouxe o exemplo de uma fatura para dizer que aumentou, o preço da água que aumentou 100% que traga uma fatura que tenha consumos, não traga só uma fatura que só tem as taxas, porque não é exemplo de que a água aumentou 100%, como referiu. Quem não tem consumo de água e tem contador, tem uma disponibilidade, tem um serviço do ano inteiro, por conseguinte as taxas de abastecimento têm que ser pagas. \_\_\_\_\_

Passou-se de seguida à **votação da moção** apresentada pela representante da CDU, em “**defesa de um serviço de água pública acessível e de qualidade para todos**”, que num universo de **24 (vinte e quatro)** Membros, foi rejeitada por maioria, com **14 (catorze)** votos contra dos Membros eleitos pelo PSD e **9 (nove)** a favor dos restantes presentes. O Membro Sra. Cláudia Labrujó não tomou parte na votação ao abrigo dos impedimentos do CPA. \_\_\_\_\_

Quanto ao ponto concretamente das **ÁGUAS DO ALTO MINHO – APRECIACÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA E AS SUAS IMPLICAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS A NÍVEL LOCAL** foi apreciado pela Assembleia Municipal num universo de **25 Membros** e debatida a atividade desenvolvida pela empresa Águas do Alto Minho e suas implicações e ainda as consequências a nível local. \_\_\_\_\_

**PONTO 9º – RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT) – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

**PONTO 10º – LUÍS BARROS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LDA – RECONHECIMENTO COMO DE INTERESSE PARA A ECONOMIA LOCAL**

Conforme foi dito no início da sessão, estes dois pontos seriam discutidos juntos e votados separadamente, para os quais se inscreveram para intervir os Membros Srs. Cláudia Moreira, José Nogueira, Inês Ferreira e Alberto Vilas. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sra. Cláudia Moreira** solicitou em relação ao relatório sobre o estado do ordenamento do território, e na representação do Grupo Municipal do Partido Socialista alguns esclarecimentos, nomeadamente relativo ao ponto Plano Rodoviário Nacional 2000, que refere relativamente ao troço do IC1 em São Pedro da Torre que devem ser feitos esforços para que o traçado deste troço não seja coincidente com o da atual Estrada Nacional 13. Esta via já não oferece condições para se transformar num itinerário complementar, e na página 39, parágrafo 5, especifica-se o porquê de essas condições não se verificarem, e diz que é fundamental aprovar canal próprio, sendo necessária forte articulação entre os Concelhos afetados que serão Valença, Vila Nova de Cerveira e Caminha, pelo que perguntou o que está a ser feito neste sentido, se estão a ser levados a cabo ou não esses esforços de cooperação entre Concelhos. Depois, na página, na mesma página 39, identificam-se algumas deficiências técnicas no que respeita à rede nacional complementar e perguntou se está planeada alguma intervenção para corrigir essas deficiências que aí são apontadas. No ponto “Plano Setorial da Rede Natura 2000”, a tabela 3, da página 46, identifica os fatores de ameaça da conservação dos valores naturais e estabelece orientações de gestão para combater essas mesmas ameaças que se identificam aí e perguntou o que é que está a ser feito para colocar em práticas essas orientações. \_\_\_\_\_

No âmbito municipal o Plano de Urbanização da Área Central de Valença tem como objetivos operacionais tornar a cidade de Valença atrativa à função residencial, comercial e de lazer e promover uma imagem urbana equilibrada, contrariando o excessivo protagonismo de alguns edifícios no conjunto urbano. Na página 214, na tabela 58, encontram duas medidas dadas como executadas cujo objetivo, segundo o relatório, seria “*estes três eixos revelam a intenção do Concelho em reforçar a imagem e a atratividade da centralidade de Valença, qualificar a vivência urbana da cidade e qualificar a estrutura e estruturar as áreas urbanas envolventes ao centro do Município*” pelo que questionou se as únicas medidas previstas a ser implementadas neste sentido são as duas já executadas e uma ainda em execução ou se estão equacionadas outras medidas, atendendo a que existem zonas que são verdadeiros cartões de visita de Valença, nomeadamente o jardim municipal e o entorno da estação de comboios que carecem de uma clara intervenção e que poderiam em muito contribuir para alcançar tais objetivos previstos. \_\_\_\_\_

Relativamente à demografia, foram-lhes fornecidos dados para 2001, 2011 e uma estimativa para 2018. Os dados de 2001 para 2011 revelam uma diminuição da população e, atendendo à estimativa para 2018, que apesar de ser só uma estimativa, revela também a continuidade desta dinâmica decrescente. Apenas cinco Freguesias, em 2011, apresentaram um crescimento populacional. Estima-se que, de 2001 a 2018, Valença tenha menos 904 habitantes. A faixa etária dos zero aos 24 anos é cada vez mais baixa, predominante a dos 25 aos 64 e a dos 65 ou mais, estando em crescimento, que gera preocupações no que toca ao envelhecimento populacional. Em 2011, segundo os dados que estão no relatório, existiam 172 idosos para cada 100 jovens e um aumento da dependência dos mais de 65 face a uma diminuição da dependência da população jovem, o que significa que a população jovem é cada vez menos jovem,

porque é também menos dependente. Taxa de natalidade, no mesmo sentido da diminuição. Em suma, crescimento natural negativo, menor crescimento migratório, fruto da menor atividade que contradiz a existência de emprego qualificado em Valença referido pelo Sr Presidente. Os números apresentados no relatório comprovam o mencionado na sua intervenção, 14% da população empregada em Valença tem qualificações de ensino superior. De 2001 a 2011, a população que sai para trabalhar ou estudar é superior à que entra e a tendência é para que assim se mantenha, o que significa que não há, neste momento, capacidade para assegurar a fixação dos valencianos. Termos em que questionou que medidas foram ou estão a ser implementadas para o combate à clara tendência de envelhecimento e diminuição populacional de Valença. Finalmente, referiu-se à questão da mobilidade, que é um problema transversal a todo o Alto Minho e que se traduz numa elevada motorização, sobretudo no uso excessivo do automóvel, o que gera, por um lado, um problema de sustentabilidade ecológica, que todos estão a tentar combater, mas também influi negativamente para a questão da atratividade, porque ninguém quer estar numa cidade na qual precisa necessariamente de um veículo próprio para se deslocar. Portanto, questionou que soluções para transporte coletivo estão a ser equacionadas. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira** no que concerne ao pedido de Luís Barros – Materiais de Construção, Lda, reconhecimento do empreendimento como de interesse para a economia do Concelho verifica que da informação técnica o Eng. Vítor Araújo diz – e bem – *que cumpre todos os requisitos, todas as condições e requisitos das alíneas a) a f) do n.º 3 do artigo 25.º, no entanto não cumpre o requisito de ser uma unidade industrial isolada com programas especiais, não enquadráveis nos espaços urbanos industriais, e diz, “na minha opinião, este requisito não é cumprido dado não ser uma indústria com programa especial, além de que a edificabilidade é perfeitamente enquadrável nos espaços industriais do Município”* e também um requerimento a dizer que a Luís Barros – Materiais de Construção, Lda. pretensamente estará ligada a outras empresas. Em Direito, ensinam: *“uma empresa é o que é até se provar que faz parte de um grupo, ou que alguém tem uma percentagem ligada”* do qual não lhes foi entregue nenhuma certidão e ficou a saber que toda zona de reconhecimento do empreendimento como de interesse para a economia do Concelho ficará desde já integrada na Zona Industrial das Pedras Brancas, localizada a sul já em fase adiantada de urbanização e assim pelos mesmos motivos já sem razão de ser de inclusão deste empreendimento em unidades industriais isoladas com programas especiais. Por essa lógica compra um terreno em zona florestal sem capacidade de construção, a valores baixos e porque urbaniza já é possível. Parece tratar-se de uma nave para materiais de construção pelo que questionou se se justifica, não sabe se é para venda, se é para revenda, porque diz que vai criar 12 postos de trabalhos divididos por dois administrativos, um, comercial, seis a oito na produção e três na distribuição. Independentemente dos postos de trabalho, a empresa vai criar competição com outras existentes no mesmo setor e julga que não existe deficiência de empresas nesse setor. E apesar de o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas e a Infraestruturas de Portugal não se opor, o que importa é se a esta empresa for concedido o reconhecimento de empreendimento como de interesse para a economia do Concelho se vai beneficiar de todas as infraestruturas que estão a ser feitas na Zona Industrial das Pedras Brancas. Esta zona industrial das Pedras Brancas não tem os lotes todos vendidos. Motivos pelos quais o Partido Socialista votará conta.

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** mencionou que o envelhecimento da população no nosso Concelho é algo que caracteriza Portugal e a Europa. A taxa de natalidade, a taxa de crescimento natural do país é negativa, o que significa que morre mais gente do que a que nasce, que se pode comprovar através de consulta no portal da Pordata. A resolução deste assunto passa por uma solução a nível nacional e se calhar mesmo a nível europeu. A nível local poderiam ser criadas condições de apoio às famílias para natalidade. Sabem que o envelhecimento da população traz os encargos maiores para quem trabalha, assim como em termos de descontos para suportar os custos sociais da população mais envelhecida. Relativamente ao facto de os jovens não se estabelecerem em Valença para trabalhar, não se pode dizer que é por falta de dinâmica empresarial, porque tem um parque industrial com gente jovem e licenciada de outros Concelhos a trabalhar. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** versou a sua intervenção acerca do pedido de Luís Barros – Materiais de Construção, da qual o parecer do Dr. Manuel Gonçalves & Associados resulta que a Câmara Municipal não pode deixar de decidir a pretensão urbanística agora apresentada, como o refere na página 30 *“sem prejuízo do referido nos artigos 28.º e 29.º, é permitida a ocupação com construções desde que a parcela possua acesso a partir da via pública, servida das infraestruturas básicas nas disposições seguintes: que se destine a unidades industriais isoladas com... Programadas... Programas especiais – peço desculpa – não enquadráveis nos espaços urbanos industriais desde que demonstrada caso a caso o seu interesse para a economia do Concelho reconhecido pela Assembleia Municipal, cumprindo cumulativamente as seguintes condições”*. Portanto, o consultor jurídico Dr. Manuel Gonçalves diz que é permitido desde que cumpra as regras: Área da parcela não inferior a 3.000 m, dizem-nos que tem mais de 20.000 e Área total de implantação inferior a 40%, pelo que está no requerimento, é à volta de 10%. Também observou que os afastamentos irão ser cumpridos e o técnico do Município não diz que é contra a construção, apenas diz que não cumpre um dos requisitos, e como tal tem que se encontrar o interesse da economia para o Concelho. Na informação suplementar entregue entretanto pela empresa verifica-se que irão criar 12 postos de trabalho, uns diretos e outros indiretos. É uma forma de diversificar a atividade industrial em Valença vocacionada para o ramo automóvel. Apesar do ano atípico a empresa continua a querer investir e, portanto, considera que deveriam dar o parecer favorável e reconhecer este investimento como interesse para a economia do Concelho. Finalizou, questionando o Sr. Presidente de Câmara de quem será a responsabilidade das infraestruturas de acesso, da água, do saneamento, da luz e eventualmente da fibra ótica, de quem será a responsabilidade dessa instalação. \_\_\_\_\_

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para os devidos esclarecimentos, o qual referiu que a competência para reconhecer o investimento como de interesse para a economia local é da Assembleia Municipal e não vê qualquer inconveniente no reconhecimento, apenas com uma ressalva, que seja o próprio a construir as acessibilidades. \_\_\_\_\_

Quanto à intervenção do Membro Sra. Cláudia Moreira, mencionou que não deve ter estado atenta ao Diário da República de 16/01/2020 quando o REOT foi para discussão pública momento adequado para

apresentar as sugestões que hoje apresentou e ter sido elucidada. No entanto, quanto ao IC1 e à Nacional 13, refere-se ao prolongamento da A28 do Concelho de Vila Nova de Cerveira até Valença. \_\_\_\_\_

A diminuição da população no Concelho é uma verdade indesmentível, que se suporta no envelhecimento populacional e na deslocação dos quadros qualificados dos estudantes porque infelizmente existem diversificados cursos que não têm qualquer compatibilidade para exercício de funções de norte a sul de Portugal, levando-os muitas das vezes a sair do país. Por um lado, não há empresas vocacionadas para as áreas em que se formam os alunos, e caso existissem não possuem capacidade para pagar o mesmo salário pago noutros países da Europa. Soluções para transportes coletivos tem vindo a ser implementada uma rede de transportes coletivos ao abrigo de uma candidatura da CIM que percorre algumas Freguesias do nosso Concelho e há outras delas juntamente com os transportes escolares, em que os menos jovens podem utilizar esses transportes. Implementado há dois anos a esta parte. \_\_\_\_\_

Mais, referiu que o técnico Eng. Vítor Araújo está presente para qualquer esclarecimento adicional que seja necessário e mais técnico. O REOT é um instrumento que dará início à revisão do PDM. Nos últimos 10 anos foram autorizados cerca de 925 licenciamentos e as Freguesias que mais licenças levantaram para construção ou para requalificação de habitação, foram as aquelas que estão mais encostadas à sede do Concelho. Continua a verificar-se a preferência da população por uma habitação nas imediações da sede do concelho pela proximidade e acessos fáceis a tudo. As Freguesias que mais se desenvolveram foram Cerdal, Gandra e Taião, São Pedro da Torre, Ganfei, Valença, Cristelo Covo e Arão, ocupando esta última o primeiro lugar na preferência. \_\_\_\_\_

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para a **segunda ronda**, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Moreira, José Nogueira, Cristóvão Pereira e Alberto Vilas. \_\_

- **O Membro Sra Cláudia Moreira**, com o devido respeito que tem ao Sr. Presidente da Câmara, mas já é a segunda vez neste órgão para o qual, como todos os restantes que aqui estão, também foi eleita que lhe passa um atestado de incompetente. A primeira foi aquando da sua intervenção relativa ao regulamento do Concelho Municipal da Juventude. Frisou que não estava desatenta aquando da publicação, a questão é que não veio fazer nenhuma correção ou pôr em causa nenhum dos dados do REOT, mas sim no âmbito da sua discussão nesta Assembleia veio colocar todas as questões que a leitura do mesmo lhe suscitou. Portanto, exerceu no local adequado a função adequada para a qual eu foi eleita como todos os restantes. Mais nova ou mais velha merece igual respeito. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira** voltou a referir-se ao requerimento da empresa Luís Barros – Materiais De Construção, Lda para reconhecimento de interesse local dizendo que quando alguém faz um requerimento à Câmara Municipal a apontar um motivo e depois altera os motivos e factos deve submeter um novo requerimento para análise, assim como também considera que não se deve votar apenas porque sim, porque é mais uma nave, porque vai pagar mais. Ninguém ouviu o PS quando questionou se foi feito um pequeno estudo económico para avaliar se efetivamente vai criar vantagens para o Concelho. O próprio só vê desvantagens e mais concorrência num setor que esta super deauperado, que é o das construções, não faltam até alguns estabelecimentos a fechar, e outros a



despedir trabalhadores. Solicitou que lhe explicassem com este requerimento vem dizer “afinal já não é isolado, afinal vai ficar nas Pedras Brancas”, se a edificabilidade desta nave é perfeitamente enquadrável nos espaços industriais do Município, qual é a vantagem para a economia local. \_\_\_\_\_

Perante as dúvidas dos seus antecessores, o **Membro Sr. Cristóvão Pereira** sugeriu que o Técnico do Município, Vítor Araújo, presente na sala, fizesse uma pequena explicação sobre o local e também sobre a área do terreno. \_\_\_\_\_

- **O Membro Sr. José Nogueira**, mediante a sugestão do seu antecessor, referiu que para a participação de pessoas estranhas à Assembleia tem que haver uma deliberação prévia da Assembleia nesse sentido. Portanto, julga que não cumprirá o regimento se permitir a intervenção do citado Eng. Vítor Araújo. Da parte do seu grupo, não autorizam abrir exceções. Trata-se de uma reunião política, não é uma reunião técnica. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** perante a sugestão e a discordância da mesma referiu que o que está em causa é a possibilidade de considerarem se há interesse para a economia do Concelho a instalação da nave em apreço num determinado local em São Pedro da Torre identificado nos requerimentos. Os pareceres do Dr. Manuel Gonçalves e do Município dizem que é permitido fazer esta instalação, com condicionantes para a instalação, colocando o ónus na Assembleia Municipal para decidir e diz também que tem que decidir. Não podem não decidir. Portanto, propôs que decidam favoravelmente a esta instalação como de interesse para a economia do Concelho justificando a sua proposta por ser a favor da concorrência e desde que esteja devidamente legalizada, pague os impostos, com funcionários contratados e não use a economia paralela. Atento a que a empresa promete criar postos de trabalho considera que quem faz uma instalação destas não é para estar fechada, com certeza, e, portanto, terá onde gastar esse dinheiro. Já obteve a resposta à questão colocada sobre as infraestruturas que serão da responsabilidade do próprio, e, portanto, não vê onde é que está o problema de deixar instalar mais uma nave industrial fora da zona industrial. Também foi dito que o dito terreno estará confinante com a nova expansão da Zona Industrial de São Pedro da Torre. Portanto, mais dia menos dia, vai ficar integrada na zona industrial. \_\_\_\_\_

Finalizou colocando a questão à Assembleia Municipal se permitia que o Técnico presente prestasse os esclarecimentos pertinentes, contudo como não se verificou unanimidade, não se deu andamento à sugestão e não tendo existindo mais intervenções nem esclarecimentos passou-se à votação de ambos pontos separadamente. **RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, REOT, RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA.** Nos termos do n.º 3 do artigo 189.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, a Câmara Municipal promoveu a elaboração de relatório sobre o estado de ordenamento do território, REOT, submetido a um período de discussão pública publicado em Diário da República, segunda série n.º 21, de 16/01/2020, objeto de participações e elaborado o relatório de ponderação da discussão pública da versão final do REOT em apreço. Termos em que a Assembleia Municipal aprovou, **por maioria o REOT de Valença**, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 189.º do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALENÇA – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2020  
regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, num universo de 19 membros, com 1 abstenção do Membro Sra Cláudia Labrujó. \_\_\_\_\_

**LUÍS BARROS – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA., RECONHECIMENTO COMO DE INTERESSE PÚBLICO PARA A ECONOMIA LOCAL** Com base na informação técnica elaborada de acordo com o previsto no artigo 25.º do Regulamento do PDMV, complementada com a norma do seu n.º 3., a unidade industrial, apesar de não cumprir o requisito de **isolada com programas especiais não enquadráveis nos Espaços Urbanos e Industriais, dado não ser uma indústria com programa especial, além de que a sua edificabilidade é perfeitamente enquadrável nos espaços industriais no Município**, cumpre as condições das alíneas a) a f) do n.º 3 e sendo parecer do Consultor Jurídico da Câmara Municipal – Dr. Manuel Gonçalves que *“a norma aplicável ao caso do processo por via analógica e com as devidas adaptações, é a norma do corpo do artigo 25.º do Regulamento do PDMV, completada com a norma do seu n.º 3”*. A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, reconhecer o interesse da empresa **LUÍS BARROS – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA para a economia local**, num universo de **19 (dezanove)** membros obteve 5 (cinco) votos contra dos Membros Srs. Cláudia Moreira, Benvinda Gonzalez, José Nogueira, Óscar Silva e José Rodas e 4 (quatro) abstenções dos Membros Srs. Cláudia Labrujó, Jorge Moura, Cristóvão Pereira e Álvaro Gomes e os restantes 10 (dez) membros a favor. \_\_\_\_\_

Com esta contextualização o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 24 (vinte e quatro) **Membros** aprovada **por unanimidade**. Mais, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 21h00. \_\_\_\_\_

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por cinquenta e oito páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Coordenador Técnico em regime de mobilidade que a redigiu. \_\_\_\_\_

<b>Apoio à Assembleia Municipal</b> <b>O Coordenador Técnico em Mobilidade</b>	<b>Assembleia Municipal de Valença</b> <b>O Presidente,</b>
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas